



GRANDES OPÇÕES DO
PLANO E ORÇAMENTO

**20
14**

ÍNDICE

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal	1
Introdução	4
Visão estratégica central	6
Linhas estratégicas de desenvolvimento	7
1. Emprego e desenvolvimento	8
1.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	8
a) Implementação de medidas geradoras de emprego	8
b) Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento	8
c) Política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto	10
2. Aprofundar a democracia	13
2.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	13
a) Valorização da cidadania	13
b) Promoção da cooperação com as Freguesias	13
c) Articulação com as associações e coletividades	14
3. Justiça social	15
3.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	15
a) Promoção da justiça social	15
b) Promoção do bem-estar	16
c) Valorização de políticas de inclusão social	17
4. Planeamento, ecologia e ambiente	19
4.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	19
a) Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território	19
b) Articulação de ações e medidas com as concessionárias	20
c) Implementação de boas práticas ambientais	21
Resumo do orçamento	23
Resumo das receitas e despesas	25

Orçamento da receita.....	27
Orçamento da despesa	30
Grandes Opções do Plano	34
Plano Plurianual de Investimentos.....	39
Plano de Atividades Municipal.....	42
Análise comparativa: "Orçamento para 2014" versus "Plano de Ajustamento Financeiro"	48
Mapa de empréstimos contraídos.....	58
Mapa de pessoal	60
Termo de encerramento da receita e da despesa	71
Termo de encerramento das grandes opções do plano	73
Termo de aprovação final da receita e da despesa	75
Termo de aprovação final das grandes opções do plano	77
Anexos.....	79

“BORBA faz bem!”

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A elaboração das grandes opções do plano e orçamento 2014 surge numa conjuntura económico-financeira instável e de grande pressão financeira para as entidades gestoras de fundos públicos, nomeadamente os municípios, o que obriga a um aumento do compromisso do município de Borba como promotor e interlocutor do emprego e desenvolvimento, do aprofundamento da democracia, da justiça social e do planeamento, ecologia e ambiente.

Temos consciência que o espaço de tempo que decorreu entre a tomada de posse e a apresentação das grandes opções do plano e do orçamento para 2014 foi demasiado curto. Como tal, muitas das intenções que pretendíamos desenvolver no imediato terão que ser melhor aprofundadas e estudadas, de forma a evitar a tomada de decisões, sem a garantia de sustentabilidade de realização das mesmas, o que iria prejudicar a garantia da sua continuidade futura. Desta forma, algumas das intenções que temos para o concelho serão melhor aprofundadas e estudadas em 2014, de forma a permitir a sua introdução nas grandes opções do plano e no orçamento para 2015.

Por outro lado, não podemos esquecer os compromissos assumidos pelo município por anteriores administrações que condicionam fortemente o presente e o futuro, nomeadamente, o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), elaborado e aprovado aquando da candidatura do município ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local). Para o efeito, pretendemos ao longo de 2014, monitorizar o desenvolvimento deste plano, procurando, sempre que possível e justificável, solicitar à tutela (Direção Geral da Administração Local, Direção Geral do Orçamento, Inspeção Geral de Finanças) correções e alterações, de forma a ajustar o mesmo à realidade do concelho.

Nesta conjuntura, a "responsabilidade", a "compreensão" e a "proximidade dos serviços aos cidadãos" apresentam-se como as atitudes políticas necessárias por parte dos municípios para enfrentar os desafios atuais, sendo, também imprescindível, atender ao "bom senso", à "cautela" e à "prudência" para não comprometer as gerações vindouras.

As medidas de consolidação orçamental e de austeridade promovidas pelos sucessivos Governos nos últimos anos têm penalizado fortemente o município de Borba, nomeadamente no que respeita à redução das transferências de Orçamento de Estado e ao aumento das competências sem o respetivo acompanhamento de verbas necessárias ao seu bom desenvolvimento.

Como tal, o ano de 2014 apresenta um cenário para o município de Borba de grande exigência e rigor, sendo, para tal, imprescindível enfrentar os novos desafios com coragem e determinação, uma vez que a proposta de Orçamento de Estado para 2014 representa um impacto significativo na estrutura, quer da receita, quer da despesa do município, ao diminuir as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro em cerca de 3%, correspondente a um montante próximo dos € 100.000,00 comparativamente com o ano de 2013.

Independentemente das dificuldades impostas pela proposta de Orçamento de Estado para 2014, o município de Borba estará, como sempre esteve, ao lado de todos os borbenses, de forma solidária e ativa, procurando prosseguir com políticas de proximidade que visam salvaguardar os interesses e aspirações das populações.

Por esse motivo, e com todo o sentido de responsabilidade, o município de Borba não pode, não deve e não vai virar as costas à execução das suas competências, visando o bem-estar dos borbenses.

Por isso, as grandes opções do plano e o orçamento 2014 afirmam a visão estratégica que pretendemos para o concelho. E é esta visão que queremos partilhar convosco, afirmando quatro eixos estratégicos que se afigurem ambições fundamentais para o concelho de Borba: emprego e desenvolvimento, aprofundamento da democracia, justiça social e planeamento, ecologia e ambiente.

Pretendemos uma visão integradora do desenvolvimento local, que pressupõe a preocupação não só com o presente, mas com a qualidade de vida das gerações futuras, através da valorização dos recursos endógenos, do incremento da inclusão social e da promoção de um desenvolvimento económico sustentado. Esta visão integradora do desenvolvimento sustentável constitui o pano de fundo das prioridades políticas do município para o presente e futuro do concelho, procurando demonstrar que "BORBA faz bem!"

Ambicionamos um concelho que seja reconhecido, pelos seus munícipes, como um concelho de qualidade, para tal teremos que nos dedicar com maior ênfase e focalização nos eixos estratégicos que delineámos e que assumimos serem os mais preocupantes no concelho.

Os borbenses já foram "postos à prova" em outros momentos difíceis e decisivos, e, a sua resistência e convicção foram determinantes para ultrapassar esses momentos. Acreditamos que o município continua a poder fazer muito em prol desta atitude tão necessária por parte de todos e temos a convicção que o fator decisivo para vencer este momento conturbado é a capacidade de aprofundamento da democracia de cada borbense, em prol do concelho.

É por isso que as grandes opções do plano e o orçamento para 2014 assumem as grandes ambições que iremos exigir para o nosso concelho e que queremos legar às novas gerações. Um concelho que se afirme como um território de qualidade, com o lema: "Borba faz bem!".

Borba, 13 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal de Borba



António José Lopes Anselmo

INTRODUÇÃO

O POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) estabelece que todas as autarquias locais, devem elaborar os documentos previsionais, constituídos pelas grandes opções do plano e pelo orçamento. Estes documentos são de importância primordial para a gestão autárquica, pois neles estão vertidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política de curto prazo.

“A previsão dos recursos financeiros revela-se de enorme importância, uma vez que a avaliação das receitas é fator condicionante à execução das despesas. Efetivamente, uma sobreavaliação das receitas ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de despesas, relativamente às quais não se disporá de fundos financeiros suficientes.”¹

O planeamento e a programação de atividades, traduzidos na elaboração das grandes opções do plano e do orçamento, representam não só o cumprimento de um imperativo legal, como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

O POCAL estabelece regras que garantem o cumprimento dos princípios orçamentais, estabelecidos na Lei do Enquadramento Orçamental, aprovado pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e a compatibilidade com as regras previsionais, bem como o cumprimento dos princípios estabelecidos no POCP (Plano Oficial de Contabilidade Pública).

Ao planear este orçamento foram ponderadas as necessidades da população que podem e devem ser satisfeitas pela autarquia, onde são inscritas todas as receitas e despesas que a Câmara Municipal prevê arrecadar ou despende, durante o ano financeiro de 2014.

De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), o orçamento, plano plurianual de investimentos e restantes documentos orçamentais, estarão disponíveis para consulta pública, após a sua aprovação, no portal web do município em www.cm-borba.pt.

Apresenta-se, neste documento, a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constantes do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua adaptação às autarquias locais.

¹ in POCAL COMENTADO, João Batista Carvalho, Maria José Fernandes, Ana Teixeira, pp.68, Editora Rei dos Livros.

Foram ainda consideradas as receitas a arrecadar com a atualização da tabela de taxas urbanísticas e administrativas, com a taxa de inflação estimada para o ano de 2014 em proposta de Orçamento de Estado, bem como a atualização decorrente dos preços e tarifas, possíveis de definir em 2014, para abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, em conformidade com a Lei n.º 53/E-2006, de 29 de dezembro.

Deve ainda referir-se que a elaboração das grandes opções do plano e do orçamento para 2014 levou, em consideração, na íntegra, o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), aprovado pelo município, no âmbito do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local).

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, deve o município *«submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais (...) para apreciação técnica, antes da sua apresentação, para aprovação, à assembleia municipal»*.

VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As grandes opções do plano e orçamento para 2014 inserem-se na estratégia de desenvolvimento local que se pretende para o município nos próximos anos, apostando na implementação de medidas que visem elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente.

O município define a visão estratégica central: **"Borba faz bem!"**

Esta visão estratégica, de mensagem simples e direta, fundamenta-se na avaliação das potencialidades e oportunidades do concelho, através da implementação e desenvolvimento de quatro eixos estratégicos de desenvolvimento e depende do aproveitamento das potencialidades endógenas que o concelho oferece e da superação das suas fragilidades, através de um persistente empenho do município e da mobilização de outras instituições da comunidade, unidas pelo mesmo desígnio estratégico.

Naturalmente, não se ignora que as circunstâncias e a natureza da envolvente global do processo de desenvolvimento do concelho se vêm modificando de forma muito significativa nos últimos anos.

Com efeito, os Municípios desempenham um papel essencial como focos catalisadores de desenvolvimento através dos serviços prestados e condições oferecidas aos cidadãos, às empresas e às outras organizações, o que exige uma adequada provisão dos bens e serviços públicos.

Neste contexto, a concretização da visão estratégica central acima mencionada é um objetivo ambicioso, mas realista, que tem que levar em consideração todos os aspetos acima referidos, mas também as condicionantes oriundas do PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) que o Governo de Portugal assinou com a Troika (União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu) e o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) que o município de Borba tem em curso, no âmbito do recurso ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local).

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do concelho, é assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento.

- 1. Emprego e desenvolvimento**, que assume como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.
- 2. Aprofundar a democracia**, que assume como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as Freguesias e a articulação com as associações e coletividades do concelho.
- 3. Justiça social**, que assume como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.
- 4. Planeamento, ecologia e ambiente**, que assume como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de águas, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Importa ainda referir que para que estas linhas estratégicas de desenvolvimento sejam exequíveis a médio e longo prazo, torna-se imperativo iniciar alguns projetos e ações em 2014, enquanto outros, pelas suas características, deverão ser preparados e melhor aprofundados, de forma a permitir o seu desenvolvimento ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento apresentadas pelo QREN e pelo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, de forma a garantir o respeito pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), pelo PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) aprovado, no âmbito do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e demais legislação vigente.

1.ª LINHA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO: EMPREGO E DESENVOLVIMENTO

O município assume o propósito estratégico de projetar o emprego e o desenvolvimento do concelho. Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- a) Implementação de medidas geradoras de emprego;
- b) Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente, e através de parcerias;
- c) Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

1.1. PROJECTOS E ACÇÕES NAS DIFERENTES DIMENSÕES

a) IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende promover a implementação de medidas geradoras de emprego. Para o efeito, o município terá que assumir que este desígnio só pode ser desenvolvido se for reconhecida a importância, a experiência e a competência detida por outras entidades nesta matéria, às quais o município terá que solicitar apoio para a melhoria do emprego no concelho.

Articulação com outras entidades de medidas geradoras de emprego

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, uma vez que, a legislação restringe cada vez mais a possibilidade de o município poder contratar pessoal para o seu mapa, obrigando, inclusive, anualmente a um esforço redobrado na sua redução face a anos anteriores. Por outro lado, o quadro comunitário não cofinancia (salvo situações excecionais) despesas de administração direta, pelo que o município detém cada vez mais dificuldade em fazer face a este fenómeno que arrasa o concelho. Desta forma, é necessário encetar medidas em parceria com outras entidades, procurando encontrar soluções junto de entidades que mais competência, experiência e saber detém nesta matéria. Desta forma, durante o ano de 2014, a Câmara Municipal estará fortemente empenhada em procurar soluções para o emprego no concelho, em articulação com todas as entidades que possam dar bom desenvolvimento, acolhimento e apoio a esta causa.

b) REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende potenciar o desenvolvimento do concelho, individualmente, e através de parcerias. O pressuposto desta dimensão assenta no facto de permitir que sejam efetuados investimentos no concelho por parte do município, mas também outros, nos quais o município não seja o único promotor, mas se assuma como um parceiro privilegiado, permitindo, desta forma, gerar riqueza, criar emprego e dinamizar o investimento privado.

Criação do GADES (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social)

O GADE (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico) foi um serviço criado pela Câmara Municipal de Borba, na década de 90, que apostava, essencialmente, na promoção do tecido empresarial do concelho. Este serviço apresentava-se como um centro de informação a que os agentes económicos podiam aceder e onde encontravam a ajuda necessária à implementação das suas ideias, visando o desenvolvimento integrado do concelho. Inserido numa rede de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico a nível distrital, este serviço articulava-se com um conjunto de entidades locais e nacionais, no sentido de trocar informações para o estabelecimento de iniciativas de cooperação. Atendendo à enorme importância de que se revestia este serviço para o município de Borba, importa fazer renascer o GADE, atribuindo-lhe novas competências de índole social, procurando dotar este serviço de uma polivalência mais atual e focada nas necessidades mais emergentes.

SIRAE@AC – Sistema Integrado de Acolhimento Empresarial do Alentejo Central

Esta operação foi candidatada ao aviso de concurso n.º 1/SAAAEL/2013-ALENT-32-2010-06 do INALENTEJO, no âmbito do Eixo 1 (competitividade, inovação e conhecimento) e no Regulamento Específico do “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” por parte da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central). A fraca qualificação das Zonas de Acolhimento Empresarial (ZAE) irá a curto prazo facilitar a sua desertificação ou transformá-las em zonas de empresas pouco inovadoras com pouco impacto no desenvolvimento económico. No âmbito da estratégia, aprovada pelo conselho executivo, um dos pilares aponta para a qualificação tecnológica das zonas de acolhimento empresarial, reforçando a aposta dos municípios na sua atratividade empresarial. O projeto SIRAE@AC tem como principal objetivo constituir uma rede de zonas de acolhimento empresarial atrativas que representem uma aposta clara e bem articulada dos municípios do Alentejo Central concertada e preparada para os desafios futuros e integradas nos recentes projetos de SRTT (sistema regional de transferência de tecnologia), PCTA (parque de ciência e tecnologia de Évora) e Europa2020/QEC1420 com base de especialização inteligente das regiões. É fundamental possibilitar às empresas o acesso incondicional e sustentável às tecnologias de informação evitando o êxodo profissional constante para centros urbanos com melhores condições de inovação e qualificação tecnológica. Pela integração e política de coesão será possível qualificar toda uma sub-região, transformando o Alentejo Central como um todo num potencial de atratividade empresarial. As empresas existentes e a instalar nas ZAE em concelhos de menor dimensão e/ou rurais terão condições equivalentes às existentes nas cidades de maior competitividade, por exemplo Évora, tornando o ecossistema entre todos mais atrativo e gerador de inovação colaborativa.

c) CONCRETIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA GLOBAL NAS ÁREAS DO PATRIMÓNIO, DO TURISMO, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assume a necessidade de concretizar uma política global em diversas áreas, a ser: património, turismo, educação, cultura e desporto, de forma a melhor delinear e concretizar uma estratégia conjunta para áreas chave do desenvolvimento do concelho.

Edifício dos Paços do Concelho

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal. Este projeto permitirá revitalizar a zona histórica da cidade, apostando na remodelação do imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional. A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitem repensar em um projeto que revitalize e modernize o edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades mais adequadas às necessidades atuais, como é exemplo o balcão único já concluído desde 2010 e de novas intervenções futuras destinadas à criação do futuro posto de turismo na “antiga sala dos talhos municipais”, da recuperação do “antigo lagar” e da criação de gabinetes de serviços que permitam comportar o atual “gabinete técnico” para um funcionamento mais integrado dos serviços.

Valorização da Cidade de Borba

O projeto “valorização da cidade de Borba” enquadra-se no programa estratégico da rede corredor azul. Esta rede urbana junta em parceria os municípios de Évora (Líder), Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa tomando como conceito base a conectividade e como objetivo principal o desenvolvimento de um território de excelência que se distingue pela dinâmica criativa e de inovação, pela capacidade de atração de investimento e pessoas, pela qualificação dos recursos humanos e pela qualidade de vida das cidades e aglomerados urbanos que permitem a efetiva atratividade para a localização de atividades económicas de valor acrescentado. O projeto “valorização da cidade de Borba” foi aprovado pelo INALENTEJO, com taxa de cofinanciamento de 80%, e encontra-se atualmente na sua fase final de execução. Com este projeto foi possível cofinanciar investimentos já finalizados aquando da apresentação da candidatura, em julho de 2011 (projeto de abertura da porta do castelo, infraestruturas elétricas na Avenida dos Bombeiros Voluntários, fornecimento e montagem de luminárias na Rua de S. Bartolomeu e Quinta da Prata, etc.), bem como outros que só foram desenvolvidos após a sua aprovação (aquisição de imóvel para abertura da porta do castelo, empreitada para abertura da porta do castelo e iluminação cénica da Fonte das Bicas). Para o ano de 2014 apenas foi previsto o montante de € 39.000,00 destinado ao pagamento do montante final da empreitada.

Centro Escolar de Borba

Pretende-se, no início de 2014, concluir o centro escolar de Borba, de acordo com as novas diretrizes previstas pelo Ministério da Educação. O desenvolvimento do projeto teve sempre em linha de conta as novas competências atribuídas à autarquia, bem como os benefícios que podem advir para as novas gerações se qualificarem e triunfarem num mundo cada vez mais global e exigente. A candidatura para construção deste equipamento foi apresentada ao INALENTEJO, em conjunto com a requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira de Borba, tendo sido aprovada, pela Comissão Diretiva do INALENTEJO, em 22/11/2011, com uma taxa de cofinanciamento de 80%. Atualmente, a taxa de cofinanciamento foi revista, em alta, para 85% e o investimento encontra-se na sua fase final. Para o ano de 2014 apenas foi previsto o montante de € 188.450,00 destinado ao pagamento do montante respeitante à aquisição de mobiliário, material didático e informático.

Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira

A candidatura para construção deste equipamento foi apresentada ao INALENTEJO, em conjunto com o centro escolar de Borba, tendo sido aprovada, pela Comissão Diretiva do INALENTEJO, em 22/11/2011, com uma taxa de cofinanciamento de 80%. O município de Borba assinou acordo de colaboração com a Direção Regional de Educação do Alentejo (DREAl) para financiamento da contrapartida pública nacional da "Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira", até ao montante máximo de € 872.000,00 suportado através do PIDDAC. Com este novo equipamento pretendeu-se requalificar um estabelecimento de ensino primordial no concelho, permitindo-se com a requalificação das instalações, dotar o concelho de um estabelecimento de ensino vocacionado para o futuro, com condições mais adequadas às novas políticas de ensino. Atualmente, a taxa de cofinanciamento deste equipamento pelo INALENTEJO foi revista, em alta, para os 85%, permitindo, desta forma, reduzir o financiamento PIDDAC para 15% da despesa elegível. O investimento encontra-se na sua última fase, à semelhança do centro escolar de Borba, uma vez que a candidatura aprovada comporta os dois estabelecimentos escolares. Para o ano de 2014 apenas foi previsto o montante de € 439.850,00 destinado ao pagamento do montante respeitante à aquisição de mobiliário, material didático e informático.

Descentralização de competências na área da Educação

Com a celebração de protocolo de competências, o município de Borba ganhou uma nova dimensão no paradigma educativo no concelho, nomeadamente, no que concerne à gestão de equipamentos escolares e do pessoal não docente ao serviço dos estabelecimentos escolares. O município pretende, ao longo do ano de 2014, avaliar a intenção de manter em vigor o protocolo de descentralização de competências, assumindo que o mesmo será de manter, caso se verifique que a adoção desta política educativa é a que efetivamente melhor responde às necessidades da população de Borba.

Transportes Escolares

O município, em parceria com os estabelecimentos de ensino e os demais parceiros educativos, continuará a garantir a efetivação dos transportes escolares, através das viaturas adquiridas, para o efeito, no ano de 2008 (autocarro e carrinhas), de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo, independentemente do seu local de residência. No ano de 2014 pretende-se estudar a possibilidade de reforçar a frota de transportes escolares, por via da necessidade de aquisição de uma nova viatura.

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's)

A experiência adquirida em anos anteriores tem demonstrado que as atividades de enriquecimento curricular lecionadas no concelho de Borba se apresentam como uma mais-valia importantíssima para o desenvolvimento educativo da comunidade escolar, conferindo-lhe novos conhecimentos, novas competências e melhor qualidade de vida e bem-estar. Atendendo à relevância particular do 1.º ciclo do ensino básico no percurso educativo das crianças, a Câmara Municipal, no seguimento dos anos letivos anteriores, proporcionará, até final do ano letivo, a estes alunos, atividades de ensino de inglês, música e atividade física e desportiva e atividades de lazer e animação.

Noites de Verão'14

Tendo como finalidade promover a dinamização socioeconómica e cultural do parque temático do mármore e de outros espaços, nos meses de Verão, a Câmara Municipal, em 2014, promoverá a iniciativa "Noites de Verão", constituída por uma programação diversificada que abrangerá as áreas da dança, da música e da animação de rua, de forma a dinamizar este importante espaço de lazer.

Festa da Vinha e do Vinho'14

Dando continuidade à estratégia de anos anteriores, a Câmara Municipal de Borba, voltará a apostar na realização deste importante certame para a região, procurando desenvolver uma série de feiras temáticas - vinhos e enoturismo, gastronomia, produtos regionais, artesanato, equipamentos e serviços vitivinícolas, institucional e empresarial, de forma a captar um maior fluxo de visitantes, num momento do ano que se considera oportuno, por se tratar de época baixa para o turismo de qualidade. Procuraremos também que este certame não seja limitado ao pavilhão de eventos, mas alargado a todo o concelho, através de novas atividades e iniciativas, conferindo-lhe, desta forma, um maior alargamento e sentido de pertença por parte de todos os borbenses.

2.ª LINHA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO: APROFUNDAR A DEMOCRACIA

O município assume o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades do concelho, através do recurso à participação da comunidade no município.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- a) Valorização da cidadania;
- b) Promoção da cooperação com as Freguesias;
- c) Articulação de projetos com associações e coletividades.

2.1 PROJETOS E AÇÕES NAS DIFERENTES DIMENSÕES

a) VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

A primeira dimensão estratégica assume a valorização da cidadania como condição fundamental para o aprofundamento da democracia. Pretende-se com este desígnio assumir que “o todo é maior que a soma das partes” e que só com uma verdadeira valorização da ação de cidadania o município irá lograr desenvolver de forma sustentada as suas competências.

Dinamização do portal web do município

O portal web do município tem sido alvo de boas avaliações por parte de entidades externas, principalmente quando comparado com os restantes municípios do distrito. No entanto, o município assume muito ainda poder vir a ser desenvolvido no mesmo, tornando-o mais acessível ao utilizador, com mais e melhores funcionalidades e com maior facilidade de comunicação entre munícipes e município. Com este projeto, pretende-se, durante o ano de 2014, dotar o portal de mais atratividade e maior funcionalidade e facilidade de comunicação entre os munícipes e o município.

b) PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assenta na promoção da cooperação com as Freguesias do concelho, nomeadamente, pelo facto de serem estas as que se encontram em maior proximidade com os munícipes, e como tal, as que melhores condições apresentam para fazer face às necessidades sentidas pelos mesmos.

Descentralização de competências nas Juntas de Freguesia

A Câmara Municipal, no ano de 2014, dará continuidade à política de cooperação encetada com as Freguesias. Através desta via, será promovida a consolidação da autonomia financeira das Freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas instituições junto das mesmas. Para o efeito foram incluídas em orçamento, as verbas a transferir e as despesas suportadas pelo município com o pessoal destacado para cada uma das mesmas.

Análise com as Freguesias do possível desenvolvimento de novas ações

A Câmara Municipal, ao longo do ano de 2014, pretende reunir com as Freguesias do concelho, continuamente, de forma a compreender melhor as necessidades de cada uma e a estudar com cada uma, a possibilidade de desenvolvimento de iniciativas conjuntas, através das quais seja possível, com a união de vontades e recursos comuns desenvolver novas ações que beneficiem a população do concelho.

C) ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assenta no compromisso de articular ações e medidas com as associações e coletividades, de forma a garantir a participação e o envolvimento de todas as partes no desenvolvimento do concelho.

Programa de Apoio às Associações e Coletividades

A Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências pretende desenvolver o Programa de Apoio às Associações e Coletividades (PAAC), de forma a apoiar estas entidades sem fins lucrativos do concelho de Borba que promovam atividades essenciais ao desenvolvimento do concelho. A concretização e requalificação de equipamentos e a valorização da atividade das coletividades, clubes e instituições representam uma preocupação para a autarquia que, nesse sentido, pretende apoiar técnica, logística e financeiramente estas entidades locais. No concelho existem imensas associações e coletividades que, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, caminhando assim numa missão claramente pré-determinada. As atividades que desenvolvem são bastante importantes para o concelho, procurando a autarquia, apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas atividades. No ano de 2014, no âmbito do Programa de Apoio às Associações e Coletividades, a Câmara Municipal de Borba pretende cumprir o seu papel ativo enquanto agente social que procura a inclusão de todos os cidadãos e o combate à pobreza, destinando € 30.000,00 para apoio de projetos no âmbito do PAAC, € 30.000,00 para apoio à utilização de equipamentos coletivos (através de autoliquidação da faturação dos mesmos) e € 5.000,00 para apoio ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos urbanos.

Parcerias entre município e associações/coletividades para o desenvolvimento de iniciativas

Independentemente do PAAC, o município pretende, durante o ano de 2014, encetar parcerias com as associações/coletividades, de forma a garantir o cumprimento das suas competências, com o conhecimento e o saber existente nestas entidades, demonstrando, desta forma, o seu reconhecimento, pelo bom desenvolvimento do concelho.

3.ª LINHA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO: JUSTIÇA SOCIAL

Um município efetivamente harmonioso e equilibrado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

- a) Promoção da justiça social;
- b) Promoção do bem-estar;
- c) Valorização das políticas de inclusão social.

3.1. PROJECTOS E ACÇÕES NAS DIFERENTES DIMENSÕES

a) PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende promover a justiça social, enquanto linha de política social do município, de forma a atenuar as desigualdades entre as pessoas e a combater todas as formas de pobreza e exclusão.

Desenvolvimento da Rede Social a nível concelhio

A implantação da rede social tem contribuído para a consolidação de uma consciência coletiva em torno dos problemas sociais e para a dinamização de respostas inovadoras na promoção do desenvolvimento social no concelho. Em 2014, o município prosseguirá o empenho na consolidação da rede social no concelho, tendo como finalidade promover um planeamento integrado do desenvolvimento social, mobilizando as competências e os recursos das instituições públicas e privadas, para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais na comunidade.

Intervenção social nas habitações do município

A valorização da qualidade de vida dos residentes nas unidades habitacionais propriedade do município constitui uma prioridade no âmbito das políticas sociais, uma vez que a mudança de casa deve significar uma mudança efetiva de vida e se muitas famílias conseguem produzir esta mudança qualitativa através do empenho pessoal dos seus membros, outras há que revelam dificuldades e que, por isso, requerem ajuda e acompanhamento. Neste sentido, o município continuará a desenvolver um forte empenho na adoção de medidas de acolhimento, acompanhamento e inclusão das famílias residentes nas habitações que fazem parte do património municipal. Por outro lado, as habitações que revelem carências habitacionais serão alvo de melhorias, no sentido de proporcionarem melhores condições aos seus moradores.

Projeto Reler

O município de Borba lançou no ano de 2009 o projeto Reler. Este projeto de cariz social e ambiental pretende apoiar as famílias, reduzindo o encargo com a aquisição de manuais, ao proporcionar a reutilização dos manuais escolares utilizados no ano letivo transato do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. Nos últimos cinco anos foram recolhidos e reutilizados algumas centenas de manuais escolares, pelo que atendendo ao sucesso da iniciativa se pretende dar continuidade à mesma nos próximos anos letivos.

b) PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende desenvolver um conjunto de ações/atividades/iniciativas que promovam o bem-estar da comunidade em geral, em todas as suas vertentes, como sejam educação, saúde, desporto, cultura, lazer, entre outras.

Unidade Móvel de Saúde

A colocação desta unidade no concelho resulta de uma cooperação interinstitucional entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Câmara Municipal de Borba. Apetrechada com os meios técnicos diferenciados, e com os meios humanos disponibilizados pelo Centro de Saúde de Borba, a viatura presta consultas de enfermagem a utentes hipertensos e diabéticos, tratamentos de enfermagem, sessões de educação para a saúde sobre diversos temas, visitas domiciliárias e respetiva avaliação de condições da população idosa. Futuramente pretende-se que sejam efetuados também rastreios e consultas médicas. A viatura desloca-se à Nora, Buscanhas, Ribeira, Talisca e Barro Branco, Alcaraviça, Aldeia de Sande, Parreira e Orada, São Gregório, Gredeira, Lagoa e Santiago de Rio de Moinhos. A unidade móvel de saúde de Borba, ao prestar cuidados de saúde primários junto das populações das freguesias rurais, permite uma maior proximidade destes cuidados com as populações isoladas e distantes, essencialmente idosas, suprimindo as dificuldades de transportes, através de um atendimento mais prático, cómodo e personalizado. A Câmara Municipal de Borba assume os custos inerentes ao combustível necessário ao funcionamento da viatura, manutenção da mesma e remuneração do motorista que presta este serviço.

Centro de Saúde de Borba e Extensões de Saúde de Orada e de Rio de Moinhos

Estes equipamentos constituíram durante longos anos uma grande aspiração, não só da população, bem como dos técnicos e funcionários da área da saúde. É intenção da Câmara Municipal continuar a articular atividades e colaborar com os responsáveis pelo Centro de Saúde e pelas Extensões de Saúde de Orada e de Rio de Moinhos, no sentido de proporcionar à população do concelho os serviços a que têm direito. Desta forma, reconhece-se, que a estreita colaboração com a Administração Regional de Saúde do Alentejo é de máxima importância, para o desenvolvimento integrado do concelho.

Desenvolvimento de novas iniciativas para o bem-estar e o lazer

O município, em parceria com as entidades públicas e privadas da comunidade, pretende, em 2014, proceder ao desenvolvimento de pequenas novas iniciativas que promovam a valorização do estatuto dos idosos e dos mais jovens, e a sua inclusão, incentivando à prática de hábitos de bem-estar e de lazer.

c) VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende, essencialmente, valorizar as políticas de inclusão social e apoio às pessoas e instituições, através de atividades e apoios que permitam caminhar para a igualdade de oportunidades.

Apoio financeiro a estudantes

No decurso de 2014, o município prosseguirá a sua intervenção na área da ação social escolar, através do apoio a estudantes na concessão de bolsas de estudo e atribuição de subsídios no 1.º ciclo e ensino pré-escolar aos estudantes mais necessitados, continuando, desta forma, a garantir a existência de condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

Componente de apoio à Família (CAF)

A componente de apoio à família é um projeto de educação que visa proporcionar às crianças em Jardim de Infância e Escola Básica um conjunto de apoios, atividades formativas e ocupacionais que permitam uma melhor otimização e gestão do seu tempo extraescolar, através de atividades lúdicas, pedagógicas e didáticas. O objetivo da componente de apoio à família é enriquecer o plano pedagógico escolar com um complemento ocupacional de qualidade. Neste domínio, a Câmara Municipal compromete financeiramente um esforço financeiro adicional ao que é transferido pelo Ministério da Educação, de forma a garantir que exista esta resposta, em todos os estabelecimentos de ensino (leia-se Jardins de Infância e Escolas Básicas) do concelho. Com este compromisso do município é possível garantir mais segurança e vigilância às crianças, bem como horários melhor adaptados para a receção das mesmas na escola, o acompanhamento destas durante o período de refeições e o prolongamento no final do dia, garantindo melhores condições para as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino e para os seus encarregados de educação.

Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD)

O município de Borba assinou um protocolo de cooperação com o Instituto Nacional para a Reabilitação, tendo como objetivo a criação de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência no concelho. O SIM-PD resulta da necessidade de promover o acesso da população com deficiência a uma informação global e integrada sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, de forma a desenvolver uma sociedade justa e igualitária, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta. O serviço fará o atendimento qualificado dos munícipes com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias, assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados, procedendo ao seu correto encaminhamento e desenvolverá uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas; desenvolverá e valorizará parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes; divulgará junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais a apropriação e divulgação de boas práticas no atendimento do munícipe com deficiência ou incapacidade; e recolherá informação que permita produzir diagnósticos de caracterização das pessoas, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

4.ª LINHA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO: PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE

Um concelho desenvolvido tem como base de todas as decisões a sustentabilidade (económica, social e ambiental). As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território. Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

- a) Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território
- b) Articulação de ações e medidas com as concessionárias;
- c) Implementação de boas práticas ambientais.

4.1. PROJECTOS E ACÇÕES NAS DIFERENTES DIMENSÕES

a) CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento procura dotar o concelho de instrumentos de gestão territorial que permitam o seu desenvolvimento sustentável nos próximos anos, uma vez que o ordenamento do território desempenha uma prioridade estratégica no conjunto das políticas públicas do município.

Plano de pormenor da Santa Bárbara

Os municípios são instituições fundamentais no planeamento e ordenamento do território, cabendo-lhes um papel determinante na elaboração de estratégias de desenvolvimento local e na definição e programação do uso do solo. Pretende-se com este projeto desenvolver um instrumento de gestão territorial capaz de prever a melhor utilização do espaço na sua área de intervenção, permitindo desenvolver novos projetos nesta área, indutores de desenvolvimento sustentável, sem pôr em causa o futuro das gerações vindouras, devendo o mesmo ser finalizado no ano de 2014, pelos serviços do município.

Revisão do plano de urbanização de Borba

Com este projeto pretende-se permitir que a cidade de Borba se apresente ordenada e coesa, assegurando uma adequada organização do território, através do aproveitamento racional dos recursos naturais, da salvaguarda do património cultural, da qualificação e valorização do espaço urbano e da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas, sociais e culturais. Um concelho bem ordenado pressupõe a interiorização de uma cultura de ordenamento por parte do conjunto da comunidade, devendo o mesmo ser iniciado durante o ano de 2014, pelos serviços do município.

Plano de pormenor da área de equipamentos de apoio à ecopista

Com este plano pretende-se executar um instrumento de planeamento que permita ordenar a área de equipamentos de apoio à ecopista, disciplinando a construção, garantindo a instalação de todas as atividades necessárias e essenciais a este importante projeto intermunicipal (ecopista Estremoz-Borba-Vila Viçosa), de forma a garantir a boa execução e o bom apetrechamento do mesmo no futuro, devendo o mesmo vir a ser finalizado ao longo do ano de 2014.

b) ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende que o município proceda à articulação de ações e medidas com as concessionárias dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos e industriais, uma vez que o custo associado aos mesmos é de extrema importância para o município e para os seus municípios.

Desenvolvimento de ações e medidas em parceria com a “Águas do Centro Alentejo, SA”

A Câmara Municipal pretende ao longo do ano de 2014 desenvolver ações e medidas, em parceria com a “Águas do Centro Alentejo, SA”, de forma a permitir reduzir os custos associados ao serviço de abastecimento de águas e saneamento, melhorando a eficiência dos serviços e diminuindo as perdas do sistema.

Desenvolvimento de ações e medidas em parceria com a “Gesamb, EIM”

A Câmara Municipal pretende ao longo do ano de 2014 desenvolver ações e medidas, em parceria com a “Gesamb, EIM”, de forma a permitir reduzir os custos associados ao serviço de tratamento de resíduos urbanos, projetando um número de contentores e ecopontos mais adequados às necessidades do concelho, melhorando a eficiência dos serviços e diminuindo a pegada ambiental do município.

Dinamização da área de deposição comum de Borba (ADC3)

Concluída a construção da área de deposição comum, pela EDC Mármore, S.A., bem como as vias de acesso a esta infraestrutura (V4, V5, V6 e V7), pelo município de Borba, importa dar continuidade a estes investimentos de extrema importância para o concelho de Borba. Ambos os projetos têm como principal objetivo apoiar as atividades extrativas e transformadoras de mármore, valorizando os respetivos subprodutos, tendo em vista o seu reaproveitamento, escoamento e comercialização. Desta forma, a Câmara Municipal de Borba, em estreita colaboração com a EDC Mármore, S.A. pretende dar início ao processo de armazenamento e valorizar todas as tipologias de resíduos produzidos pelas empresas extrativas e transformadoras de mármore, em áreas específicas para cada atividade e aproveitamento económico dos materiais recicláveis, para a deposição de excedentes e para o controlo e expedição de

materiais. A recolha dos resíduos processar-se-á de modo seletivo logo na origem, de forma a permitir um armazenamento organizado e um ciclo de utilização com grandes valências económicas e ambientais. A gestão dos resíduos, ao cumprir as recomendações do PROZOM, estudos globais e demais legislação aplicável, vai garantir que as práticas de deposição e reutilização sejam realizadas de forma organizada, com o menor impacto possível e sempre orientadas para o aproveitamento dos materiais. Estão, neste momento, em estudo novas formas de rentabilizar a empresa e dinamizar a única área de deposição comum existente na Zona dos Mármore. Pretende-se, por isso, encontrar novos produtos e novas formas de rentabilizar os subprodutos dos mármore, resultantes da sua extração e transformação. Neste momento, o consórcio que formou a EDC encontra-se em fase de negociação, com vista à transferência da operacionalização da EDC para privados, devendo ao longo do ano de 2014 essa transferência vir a ocorrer, de forma a permitir a entrada em funcionamento da infraestrutura.

c) IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende proceder à implementação de boas práticas ambientais, com vista à sustentabilidade do município. Para o efeito, pretende-se dar continuidade a atividades/iniciativas/projetos que demonstrem ser detentores dessas práticas, bem como desenvolver outros com objetivos similares.

Remodelação da rede de águas residuais na Av.ª D. Dinis de Mello e Castro

O município, por administração direta, pretende, durante o ano de 2014, proceder à remodelação da rede de águas residuais (pluviais e saneamento) na Av.ª D. Dinis de Mello e Castro, em conformidade com as necessidades existentes e o projetado na 2.ª fase da remodelação das redes de águas e esgotos de Borba. Pretende-se com esta intervenção resolver em definitivo um problema ambiental e de enorme prejuízo para a população, existente na cidade, canalizando os efluentes para as respetivas redes separativas.

Realização de ações de sensibilização para a gestão dos resíduos e para a utilização responsável dos recursos

O município, em parceria com os estabelecimentos de ensino e os demais parceiros educativos, pretende promover um conjunto de ações de sensibilização para a gestão dos resíduos e para a utilização responsável dos recursos com os objetivos de proporcionar a todos os alunos o desenvolvimento integral da sua formação no que concerne ao respeito pelo meio ambiente e à adoção de melhores práticas de cidadania; potenciando a interação entre a escola e a comunidade, disponibilizando todos os meios necessários ao desenvolvimento destes projetos educativos.

Programa Sapadores Florestais

No âmbito do protocolo de colaboração assinado com a Autoridade Nacional Florestal, o município de Borba dispõe, por um período de 5 anos, de uma equipa de sapadores florestais. No ano de 2009, foi adquirida a viatura e os equipamentos necessários e iniciado o procedimento para contratação dos sapadores. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas. Os sapadores florestais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração. Com este protocolo, o município de Borba garante a existência de uma equipa fundamental para a defesa do nosso riquíssimo património florestal, contando, para o efeito com cofinanciamento anual de € 35.000,00 por parte do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

Resumo do Orçamento

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE
MUNICIPIO DE BORBA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	6.302.432,00	Correntes	6.302.432,00
De capital	2.079.350,00	De capital	2.079.350,00
Total	8.381.782,00	Total	8.381.782,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	8.381.782,00	Total Geral	8.381.782,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

Resumo das Receitas e das Despesas

ENTIDADE MB	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES : Executivo <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> Deliberativo <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
----------------	---	---

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	561.900,00	6.7	01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.259.400,00	38.9
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	65.050,00	0.8	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.344.942,00	28.0
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	123.100,00	1.5	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	413.700,00	4.9
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	338.350,00	4.0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	156.690,00	1.9
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.120.282,00	49.2	05 SUBSÍDIOS	119.100,00	1.4
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.068.900,00	12.8	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.600,00	0.1
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.850,00	0.3			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.302.432,00	75.2	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.302.432,00	75.2
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	33.000,00	0.4	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.015.250,00	12.1
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.005.290,06	23.9	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.100,00	0.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS	36.750,00	0.4	09 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS			10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.025.000,00	12.2
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.309,94	0.1	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.079.350,00	24.8	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2.079.350,00	24.8
TOTAL GERAL	8.381.782,00	100.0	TOTAL GERAL	8.381.782,00	100.0

Orçamento da Receita

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
MUNICÍPIO DE BORBA		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	6.302.432,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	561.900,00
01.02	OUTROS	561.900,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	411.000,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	119.150,00
01.02.05	DERRAMA	30.750,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	1.000,00
01.02.07.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	1.000,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	65.050,00
02.02	OUTROS	65.050,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	65.050,00
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	38.850,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	9.300,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	15.000,00
02.02.06.99	OUTROS	1.900,00
02.02.06.99.01	TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	1.600,00
02.02.06.99.99	OUTROS	300,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	123.100,00
04.01	TAXAS	112.100,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	112.100,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	16.350,00
04.01.23.02	LOTEAMENTO E OBRAS	78.100,00
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	4.800,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	200,00
04.01.23.99	OUTROS	12.650,00
04.01.23.99.99	OUTRAS	12.650,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	11.000,00
04.02.01	JUROS DE MORA	2.800,00
04.02.02	JUROS COMPENSATORIOS	150,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	3.800,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	4.250,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	338.350,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	900,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	900,00
05.10	RENDAS	337.450,00
05.10.01	TERRENOS	1.800,00
05.10.99	OUTROS	335.650,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.120.282,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.120.282,00
06.03.01	ESTADO	3.929.422,00
06.03.01.01	FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	2.878.376,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	101.349,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	113.197,00
06.03.01.99	OUTROS	836.500,00
06.03.01.99.02	DREA	693.100,00
06.03.01.99.03	SAPADORES FLORESTAIS	35.000,00
06.03.01.99.04	GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	28.000,00
06.03.01.99.09	OUTRAS	80.400,00
06.03.06	ESTADO-PART.COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	28.410,00
06.03.06.02	FEDER	7.500,00
06.03.06.09	OUTROS	20.910,00
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS	162.450,00
	ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.068.900,00
07.01	VENDA DE BENS	357.200,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	350,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	61.850,00
07.01.08	MERCADORIAS	294.650,00
07.01.08.01	ÁGUA	291.900,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01.08.09	OUTRAS MERCADORIAS	2.750,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	350,00
07.01.11.02	OUTROS PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	350,00
07.02	SERVIÇOS	495.250,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	35.150,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	56.000,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	30.400,00
07.02.08.02.99	OUTROS	30.400,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	25.600,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	401.900,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	145.000,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	197.000,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	22.450,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	20.000,00
07.02.09.03.99	OUTROS	2.450,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	14.050,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	18.250,00
07.02.09.99	OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	5.150,00
07.02.99	OUTROS SERVIÇOS	2.200,00
07.03	RENDAS	216.450,00
07.03.01	HABITAÇÕES	19.900,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	52.900,00
07.03.99	OUTRAS	143.650,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.850,00
08.01	OUTRAS	24.850,00
08.01.99	OUTRAS	24.850,00
08.01.99.05	INDEMINIZAÇÃO DE SEGUROS	12.800,00
08.01.99.99	DIVERSAS	12.050,00
09	RECEITAS DE CAPITAL	2.079.350,00
09.01	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	33.000,00
09.01	TERRENOS	33.000,00
09.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADM.LOCAL- CONTINENTE	33.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.005.290,06
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.005.290,06
10.03.01	ESTADO	504.990,40
10.03.01.01	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	319.820,00
10.03.01.06	PIDDAC	185.170,40
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÕES COMUNITÁRIAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.500.299,66
10.03.07.01	FEDER	1.370.581,68
10.03.07.02	FUNDO DE COESÃO	129.717,98
11	ACTIVOS FINANCEIROS	36.750,00
11.08	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	36.750,00
11.08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	36.750,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.309,94
13.01	OUTRAS	4.309,94
13.01.99	OUTRAS	4.309,94
TOTAL DAS RECEITAS		8.381.782,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

Orçamento da Despesa

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÔMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	8.550,00	
		DESPESAS CORRENTES		8.550,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		8.500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		8.500,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		900,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		7.600,00
	01.02.13.02	OUTROS		7.600,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		50,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		50,00
02		CAMARA MUNICIPAL E SERVICOS MUNICIPALIZADOS	8.373.232,00	
		DESPESAS CORRENTES		6.293.882,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.250.900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		2.194.850,00
	01.01.01	MEMBROS DE ORGÃOS AUTÁRQUICOS		57.450,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		1.455.900,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.455.900,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO ATERMO		60.800,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		60.800,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		26.250,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		6.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		13.850,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		19.900,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		229.950,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		273.750,00
	01.01.15	REMUNERAÇÃO POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE		51.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		31.300,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3.600,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		10.250,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		2.100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		50,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		7.050,00
	01.02.13.02	OUTROS		7.050,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		8.250,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		1.024.750,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		538.100,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		23.600,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		18.500,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		408.550,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)		8.250,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		400.300,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		292.250,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		108.050,00
	01.03.09	SEGUROS		25.000,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		25.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		11.000,00
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		11.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.344.892,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.252.050,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		5.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		228.200,00
	02.01.02.01	GASOLINA		2.800,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		134.900,00
	02.01.02.99	OUTROS		90.500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		11.450,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		7.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS POR CONFECCIONAR		112.500,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		2.100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		8.100,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		15.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		3.500,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		600,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		835.900,00
	02.01.16.01	ÁGUA		835.900,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.150,00
	02.01.21	OUTROS BENS		17.550,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.092.842,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		124.150,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		38.500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		40.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		26.850,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		5.000,00
	02.02.12	SEGUROS		18.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		750,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		4.500,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		25.950,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		31.300,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		114.300,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		24.592,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		638.950,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		413.700,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		183.850,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		183.850,00
		FINANCEIRAS		
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		4.500,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		179.350,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		100,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		100,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		300,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		300,00
	03.05	OUTROS JUROS		229.150,00
	03.05.02	OUTROS		229.150,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		300,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		300,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		156.690,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		3.300,00
	04.03.01	ESTADO		3.300,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		78.390,00
	04.05.01	CONTINENTE		78.390,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		31.690,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		45.550,00
	04.05.01.08	OUTRAS		1.150,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		65.500,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		65.500,00
	04.08	FAMÍLIAS		9.500,00
	04.08.02	OUTRAS		9.500,00
	05	SUBSÍDIOS		119.100,00
	05.08	FAMÍLIAS		119.100,00
	05.08.03	OUTRAS		119.100,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.600,00
	06.02	DIVERSAS		8.600,00
	06.02.03	OUTRAS		8.600,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES		100,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		8.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		2.079.350,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.015.250,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01	INVESTIMENTOS		866.900,00
	07.01.01	TERRENOS		18.650,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		57.000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		49.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		7.000,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		1.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		2.000,00
	07.01.04.12	CEMITÉRIOS		2.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		50.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		50.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		16.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		20.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		500,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		633.300,00
	07.01.10.02	OUTRO		633.300,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		8.950,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		60.000,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		24.000,00
	07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		24.000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		124.350,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		85.350,00
	07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS		30.900,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		12.450,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA		3.400,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		38.600,00
	07.03.05	BENS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		39.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		39.100,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		38.100,00
	08.05.01	CONTINENTE		38.100,00
	08.05.01.02	CONTINENTE		20.000,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		18.100,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		1.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.025.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1.025.000,00
	10.06.03	SOC.FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTIT.FINANCEIRAS		1.025.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				8.381.782,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

Grandes Opções do Plano

PÁGINA : 1

35

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO-FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
MUNICÍPIO DE BORBA		

PÁGINA : 2

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) DEFINIDO				ANOS SEGUINTE						
														TOTAL	NÃO DEFINIDO	ANOS ANT.	EXERCÍCIO	TOT DOT DEF	2015	2016	2017		OUTROS	
A TRANSPORTAR ...												15.870,37		596.070,00				596.070,00	698.920,00	585.570,00	582.070,00		2478500,37	
2.1.				EDUCAÇÃO								2596050,30		1.196.400,00				1.196.400,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		4092450,30	
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR								2553381,46		1.071.650,00				1.071.650,00					3625031,46	
2.1.1.1.	004	2009 I 4		CENTRO ESCOLAR DE BORBA	02/07011002			EMPREITADA	2010/01/01	2014/12/31	0	480.039,26		188.450,00				188.450,00					668.489,26	
2.1.1.1.	041	2009 I 41		REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA	02/07011002		20.0	80.0	USC	2009/10/01	2014/12/31	0	2073342,20		439.850,00				439.850,00					2513192,20
2.1.1.1.	005	2014 A 5		BÁSICA PADRE BENTO PEREIRA						2014/01/01	2014/12/31			443.350,00									443.350,00	
				Competências descentralizadas pelo ministério de educação - pessoal																				
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/01010401													278.200,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010108													1.000,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010113													36.200,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010114													46.900,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010115													1.000,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010205													1.050,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/010303													850,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/01030501													8.250,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/0103050201													48.200,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/0103050202													20.700,00						
2.1.1.1.	005	2014 A 5			02/01031001													1.000,00						
2.1.2.				SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO								42.668,84		124.750,00				124.750,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		467.418,84	
2.1.2.1.	005	2004 A 5		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS CANTINAS ESCOLARES	02/020106			OUTRA			USC	2004/01/01	2015/12/31	9	42.668,84			10.000,00					52.668,84	
2.1.2.2.	006	2014 A 6		Gestão e manutenção das cantinas escolares						2014/01/01	2017/12/31			114.750,00					100.000,00	100.000,00	100.000,00		414.750,00	
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/02010299													11.100,00						
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/020104													1.000,00						
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/020106													100.000,00						
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/020107													100,00						
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/020117													500,00						
2.1.2.2.	006	2014 A 6			02/020121													2.050,00						
2.3.				SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS										500,00				500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
2.3.2.				ACÇÃO SOCIAL										500,00				500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
2.3.2.1.	007	2014 A 7		Apoio a entidades de acção social	02/040701					2014/01/01	2017/12/31			500,00				500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
2.4.				HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS								714.319,01		1.432.700,00				1.432.700,00	783.300,00	780.000,00	770.000,00		4480319,01	
2.4.2.				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO								49.595,83		51.450,00				51.450,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		146.045,83	
2.4.2.2.				REABILITAÇÃO URBANA E RURAL								49.595,83		51.450,00				51.450,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		146.045,83	
2.4.2.2.1.	004	2013 I 4		VALORIZAÇÃO DA CIDADE DE BORBA	02/070305					2013/01/02	2014/12/31			39.000,00				39.000,00					88.595,83	
2.4.2.2.2.	013	2014 I 13		Arranjos paisagísticos	02/07030305			OUTRA		2014/01/01	2017/12/31			12.450,00				12.450,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		57.450,00	
2.4.3.				SAANEAMENTO								220.074,22		422.450,00				422.450,00	205.000,00	205.000,00	200.000,00		1252324,22	
2.4.3.1.	001	2005 A 1		SAANEAMENTO	02/020225			OUTRA		2005/01/01	2018/09/30	9	220.074,22		201.550,00			201.550,00					421.624,22	
2.4.3.2.	008	2014 A 8		Saneamento	02/020225					2014/01/01	2017/12/31			190.000,00				190.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		790.000,00	
2.4.3.3.	014	2014 I 14		Ampliação e/ou remodelação da rede de águas residuais (saneamento e águas pluviais)	02/07030302			OUTRA		2014/01/01	2014/12/31			900,00				900,00	5.000,00	5.000,00			10.900,00	
A TRANSPORTAR ...												2881590,72		2.236.870,00				2.236.870,00	1019920,00	906.570,00	898.070,00		7943020,72	

PÀGINA : 4

FASES DE EXECUÇÃO

- 38

Plano Plurianual de Investimentos

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
MUNICÍPIO DE BORBA		

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATE 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS		
1.				Funções Gerais								15.870,37		176.900,00	176.900,00		182.000,00	184.500,00	181.000,00		740.270,37	
1.1.				Serviços Gerais de Administração Pública								15.870,37		175.900,00	175.900,00		181.000,00	183.500,00	180.000,00		736.270,37	
1.1.1.				Administração Geral								15.870,37		175.900,00	175.900,00		181.000,00	183.500,00	180.000,00		736.270,37	
1.1.1.1.	02/070205	001	2007 1	AQUISIÇÃO DE VIATURAS DE TRANSPORTE	OUTRA			UOMASU	2007/11/01	2017/12/31		15.870,37		24.000,00	24.000,00		24.000,00	24.000,00	23.000,00		110.870,37	
1.1.1.1.	02/07010301	001	2014 1	Edifício dos Paços do Concelho	ADM. DIR.			UOM	2014/01/02	2017/12/31	0			30.000,00	30.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		180.000,00	
1.1.1.1.	02/07010301	002	2014 2	Obras de conservação, restauro e melhoramentos diversos	ADM. DIR.			UOM	2014/01/02	2017/12/31				19.000,00	19.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		79.000,00	
1.1.1.1.	02/07010602	003	2014 3	Aquisição de novas viaturas	OUTRA				2014/01/02	2017/12/31				35.000,00	35.000,00		35.000,00	40.000,00	40.000,00		150.000,00	
1.1.1.1.	02/07010602	004	2014 4	Grandes reparações em material de transporte	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				15.000,00	15.000,00		12.500,00	10.000,00	7.500,00		45.000,00	
1.1.1.1.	02/07011002	005	2014 5	Equipamento básico	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
1.1.1.1.	02/070107	006	2014 6	Equipamento informático	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
1.1.1.1.	02/070108	007	2014 7	Software informático	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00	
1.1.1.1.	02/070109	008	2014 8	Equipamento administrativo	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
1.1.1.1.	02/070111	009	2014 9	Ferramentas e utensílios	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2.000,00	
1.1.1.1.	02/07011002	010	2014 10	Grandes reparações em maquinaria e equipamento	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
1.1.1.1.		011	2014 11	Projetos a desenvolver em parceria com a CIMAC	OUTRA									30.400,00			15.000,00	15.000,00	15.000,00		75.400,00	
1.1.1.1.	02/070107	011	2014 11												12.300,00							
1.1.1.1.	02/08050104	011	2014 11												18.100,00							
1.2.				Segurança e Ordem Públicas										1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00	
1.2.1.				Protecção civil e luta contra incêndios										1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00	
1.2.1.1.	02/080701	012	2014 12	Apoio à protecção civil	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31		2.602.977,29		1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00	
2.				Funções Sociais								2.602.977,29		739.200,00	739.200,00		43.000,00	43.000,00	38.000,00		3.466.177,29	
2.1.				Educação								2.553.381,46		628.300,00	628.300,00		628.300,00	628.300,00	628.300,00		3.181.681,46	
2.1.1.	02/07011002	004	2009 4	Ensino Não Superior	EMPREITADA	20.0	80.0	USC	2010/01/01	2014/12/31	0			480.039,26	188.450,00		188.450,00	188.450,00			668.489,26	
2.1.1.1.	02/07011002	041	2009 41	CENTRO ESCOLAR DE BORBA REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BASICA PADRE BENTO PEREIRA	EMPREITADA			USC	2009/10/01	2014/12/31	0	2.073.342,20		439.850,00	439.850,00						2.513.192,20	
2.4.				Habitação e Serviços Colectivos								49.595,83		94.950,00	94.950,00		33.000,00	33.000,00	28.000,00		238.545,83	
2.4.2.	02/070305	004	2013 4	Ordenamento do Território					2013/01/02	2014/12/31		49.595,83		51.450,00	51.450,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		146.045,83	
2.4.2.1.				VALORIZAÇÃO DA CIDADE DE BORBA								49.595,83		39.000,00	39.000,00						88.595,83	
2.4.2.2.	02/07030305	013	2014 13	Arranjos paisagísticos	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				12.450,00	12.450,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		57.450,00	
2.4.3.	02/07030302	014	2014 14	Saneamento	OUTRA				2014/01/01	2014/12/31				30.900,00	30.900,00		5.000,00	5.000,00			40.900,00	
2.4.3.1.				Ampliação e/ou remodelação da rede de águas residuais (saneamento e águas pluviais)										900,00	900,00		5.000,00	5.000,00			10.900,00	
2.4.3.2.	02/07030302	015	2014 15	Remodelação da rede de águas residuais (pluviais e saneamento) da Av. D. Dinis Melo e Castro	ADM. DIR.				2014/01/01	2014/12/31				30.000,00	30.000,00						30.000,00	
2.4.4.	02/07030307	016	2014 16	Abastecimento de Água	ADM. DIR.				2014/01/01	2017/12/31				10.600,00	10.600,00		11.000,00	11.000,00	11.000,00		43.600,00	
2.4.4.1.				Ampliação e/ou remodelação da rede de abastecimento										3.400,00	3.400,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		18.400,00	
2.4.4.2.	02/07011002	017	2014 17	Contadores de água	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31				4.000,00	4.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		19.000,00	
A TRANSPORTAR ...												2.618.847,66		894.950,00	894.950,00		212.000,00	214.500,00	206.000,00		4.146.297,66	

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES					
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...													2.618.847,66		894.950,00	894.950,00		212.000,00	214.500,00	206.000,00		4.146.297,66		
2.4.4.	02/070107	018	2014	18	Sistema de telegestão da rede de águas	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			3.200,00	3.200,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		6.200,00		
2.4.6.					Protecção Meio Ambiente										2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00		
2.4.6.	02/07010412	019	2014	19	Conservação da Natureza	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00		
2.5.					Melhoramentos dos cemitérios										15.950,00	15.950,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		45.950,00		
2.5.1.					Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos										5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00		
2.5.1.	02/07010302	020	2014	20	Cultura	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00		
2.5.2.					Valorização de equipamentos culturais										10.950,00	10.950,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.950,00		
2.5.2.	02/070113	007	2004	7	Desporto, recreio e lazer	OUTRA			USC		2004/01/01	2013/12/31	4		8.950,00	8.950,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		8.950,00		
2.5.2.	02/07010302	021	2014	21	PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - PROJECTO	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			2.000,00	2.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		17.000,00		
3.					Valorização de equipamentos de desporto, recreio e lazer																			
3.2.					Funções económicas										118.250,00	118.250,00		101.000,00	101.000,00	101.000,00		421.250,00		
3.2.	02/070101	024	2009	24	Indústria e energia	OUTRA			UOMASU		2009/01/01	2014/12/31	2		18.650,00	18.650,00						18.650,00		
3.3.					POLO INDUSTRIAL DE RIO DE MOINHOS - AQUISIÇÃO DE TERRENOS										38.600,00	38.600,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00		158.600,00		
3.3.1.					Transportes e comunicações										38.600,00	38.600,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00		158.600,00		
3.3.1.	02/07030308	022	2014	22	Transportes rodoviários	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			2.650,00	2.650,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		17.650,00		
3.3.1.	02/07030308	023	2014	23	caminhos rurais - reconstrução	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			35.950,00	35.950,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		140.950,00		
3.4.					Valorização de estradas e arruamentos										61.000,00	61.000,00		61.000,00	61.000,00	61.000,00		244.000,00		
3.4.1.					Comércio e turismo										1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00		
3.4.1.	02/07010303	024	2014	24	Mercados e feiras	ADM. DIR.					2014/01/01	2017/12/31			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00		
3.4.2.					Valorização de equipamentos de mercados e feiras										60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		240.000,00		
3.4.2.	02/070115	025	2014	25	Turismo	OUTRA					2014/01/01	2017/12/31			60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		240.000,00		
4.					Festa da vinha e do vinho										20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00		
4.2.					Outras funções										20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00		
4.2.	02/08050102	026	2014	26	Transferências entre Administrações	OUTRA					2014/01/01	2017/12/31			20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00		
TOTAL GERAL ...													2.618.847,66		1.054.350,00	1.054.350,00		346.000,00	348.500,00	340.000,00		4.707.697,66		

Plano de Atividades Municipal

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSAVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
										TOTAL	DEFINIDO				NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS				
1.				Funções Gerais											419.170,00	419.170,00		516.920,00	401.070,00	401.070,00		1.738.230,00	
1.1.				Serviços Gerais de Administração Pública											419.170,00	419.170,00		516.920,00	401.070,00	401.070,00		1.738.230,00	
1.1.1.				Administracao Geral											419.170,00	419.170,00		516.920,00	401.070,00	401.070,00		1.738.230,00	
1.1.1.1.		001	2014	1	Estagios, POC's e Rendimentos Minimos		80.0	20.0			2014/01/01	2017/12/31			173.750,00			200.000,00	200.000,00	200.000,00		773.750,00	
1.1.1.1.	02/010109	001	2014	1												13.850,00							
1.1.1.1.	02/010113	001	2014	1												40.800,00							
1.1.1.1.	02/050803	001	2014	1												119.100,00							
1.1.1.1.		002	2014	2	Projetos a desenvolver em parceria com a CIMAC						2014/01/01	2017/12/31			41.300,00			40.000,00	40.000,00	40.000,00		161.300,00	
1.1.1.1.	02/020220	002	2014	2												24.600,00							
1.1.1.1.	02/04050104	002	2014	2												16.700,00							
1.1.1.1.		003	2014	3	Combustiveis						2014/01/01	2017/12/31			137.200,00			210.000,00	150.000,00	150.000,00		647.200,00	
1.1.1.1.	02/02010201	003	2014	3												2.800,00							
1.1.1.1.	02/02010202	003	2014	3												134.400,00							
1.1.1.1.		004	2014	4	Sapadores florestais						2014/01/01	2015/12/31			55.850,00			55.850,00				111.700,00	
1.1.1.1.	02/01010601	004	2014	4												35.050,00							
1.1.1.1.	02/010113	004	2014	4												5.200,00							
1.1.1.1.	02/010114	004	2014	4												5.850,00							
1.1.1.1.	02/0103050202	004	2014	4												9.750,00							
1.1.1.1.	02/020220	019	2014	19	Certificação de contas						2014/01/01	2017/12/31			11.070,00	11.070,00		11.070,00	11.070,00	11.070,00		44.280,00	
2.				Funções Sociais									793.437,90		2.124.200,00	2.124.200,00		1.056.300,00	1.043.000,00	1.028.000,00		6.044.937,90	
2.1.				Educação									42.668,84		568.100,00	568.100,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		910.768,84	
2.1.1.				Ensino Não Superior											443.350,00	443.350,00						443.350,00	
2.1.1.1.		005	2014	5	Competências descentralizadas pelo ministério de educação - pessoal						2014/01/01	2014/12/31			443.350,00							443.350,00	
2.1.1.1.	02/01010401	005	2014	5												278.200,00							
A TRANSPORTAR ...																862.520,00	697.370,00		516.920,00	401.070,00	401.070,00		2.181.580,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
---------------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO			
						AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES						
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017		OUTROS		
A TRANSPORTAR ...														862.520,00	697.370,00		516.920,00	401.070,00	401.070,00		2.181.580,00			
2.1.1.	02/010108	005	2014	5	OUTRA											1.000,00						467.418,84		
2.1.1.	02/010113	005	2014	5													36.200,00							
2.1.1.	02/010114	005	2014	5													46.900,00							
2.1.1.	02/010115	005	2014	5													1.000,00							
2.1.1.	02/010205	005	2014	5													1.050,00							
2.1.1.	02/010303	005	2014	5													850,00							
2.1.1.	02/01030501	005	2014	5													8.250,00							
2.1.1.	02/0103050201	005	2014	5													48.200,00							
2.1.1.	02/0103050202	005	2014	5													20.700,00							
2.1.1.	02/01031001	005	2014	5													1.000,00							
2.1.2.						Serviços Auxiliares de Ensino								42.668,84		124.750,00	124.750,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00			467.418,84
2.1.2.	02/020106	005	2004	5		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS CANTINAS ESCOLARES				USC	2004/01/01	2015/12/31	9	42.668,84		10.000,00	10.000,00							52.668,84
2.1.2.		006	2014	6		Gestão e manutenção das cantinas escolares					2014/01/01	2017/12/31				114.750,00			100.000,00	100.000,00	100.000,00			414.750,00
2.1.2.	02/02010299	006	2014	6													11.100,00							
2.1.2.	02/020104	006	2014	6													1.000,00							
2.1.2.	02/020106	006	2014	6													100.000,00							
2.1.2.	02/020107	006	2014	6													100,00							
2.1.2.	02/020117	006	2014	6													500,00							
2.1.2.	02/020121	006	2014	6													2.050,00							
2.3.						Segurança e Acção Social										500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00			3.500,00
2.3.2.					Acção Social										500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00		
2.3.2.	02/040701	007	2014	7	Apoio a entidades de acção social					2014/01/01	2017/12/31				500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00		
2.4.					Habituação e Servicos Colectivos								664.723,18		1.337.750,00	1.337.750,00		750.300,00	747.000,00	742.000,00		4.241.773,18		
2.4.3.					Saneamento								220.074,22		391.550,00	391.550,00		200.000,00	200.000,00	200.000,00		1.211.624,22		
A TRANSPORTAR ...													42.668,84		987.770,00	987.770,00		617.920,00	502.070,00	502.070,00		2.652.498,84		

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...														42.668,84		987.770,00	987.770,00		617.920,00	502.070,00	502.070,00		2.652.498,84	
2.4.3.	02/020225	001	2005	1	SAANEAMENTO	OUTRA				UOMAS U	2005/01/01	2018/09/30	9	220.074,22		201.550,00	201.550,00						421.624,22	
2.4.3.	02/020225	008	2014	8	Saneamento						2014/01/01	2017/12/31				190.000,00	190.000,00		200.000,00	200.000,00	200.000,00		790.000,00	
2.4.4.					Abastecimento de Água									353.913,48		835.900,00	835.900,00		420.000,00	420.000,00	420.000,00		2.449.813,48	
2.4.4.	02/02011601	002	2005	2	ABASTECIMENTO	OUTRA				UOMAS U	2005/01/01	2018/09/30	9	353.913,48		520.900,00	520.900,00						874.813,48	
2.4.4.	02/02011601	009	2014	9	Abastecimento						2014/01/01	2014/12/31				315.000,00	315.000,00		420.000,00	420.000,00	420.000,00		1.575.000,00	
2.4.5.					Resíduos sólidos									90.735,48		110.300,00	110.300,00		130.300,00	127.000,00	122.000,00		580.335,48	
2.4.5.	02/020225	007	2004	7	ATERRO MUNICIPAL - ENTREGA DE RSU	OUTRA				UOMAS U	2004/01/01	2014/02/28	9	90.735,48		10.000,00	10.000,00						100.735,48	
2.4.5.	02/020225	010	2014	10	Resíduos sólidos						2014/01/01	2017/12/31				90.000,00	90.000,00		120.000,00	115.000,00	110.000,00		435.000,00	
2.4.5.	02/020104	011	2014	11	Sacos para resíduos sólidos (lixo doméstico e molok's)						2014/01/01	2017/12/31				10.300,00	10.300,00		10.300,00	12.000,00	12.000,00		44.600,00	
2.5.					Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos									86.045,88		217.850,00	217.850,00		205.000,00	195.000,00	185.000,00		888.895,88	
2.5.1.					Cultura									800,00		32.350,00	32.350,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		123.150,00	
2.5.1.	02/020220	002	2010	2	REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS - PROGRAMAÇÃO EM REDE	OUTRA		80.0	20.0	USC	2010/01/01	2014/04/30	1	800,00		2.000,00	2.000,00						2.800,00	
2.5.1.		012	2014	12	Iniciativas culturais						2014/01/01	2017/12/31				30.350,00			30.000,00	30.000,00	30.000,00		120.350,00	
2.5.1.	02/020106	012	2014	12													300,00							
2.5.1.	02/020121	012	2014	12													50,00							
2.5.1.	02/020220	012	2014	12													30.000,00							
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer									85.245,88		185.500,00	185.500,00		175.000,00	165.000,00	155.000,00		765.745,88	
2.5.2.		007	2012	7	FUNCIONAMENTO PISCINAS COBERTAS						2012/01/01	2014/03/31		85.245,88		13.000,00							98.245,88	
2.5.2.	02/02010299	007	2012	7													10.000,00							
2.5.2.	02/020201	007	2012	7													3.000,00							
2.5.2.	02/040701	013	2014	13	Apoio a entidades desportivas de recreio e lazer						2014/01/01	2017/12/31				65.000,00	65.000,00		65.000,00	65.000,00	65.000,00		260.000,00	
A TRANSPORTAR ...														793.437,90		2.435.870,00	2.435.870,00		1.463.220,00	1.344.070,00	1.339.070,00		7.375.667,90	

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 4

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO											
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES																
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS													
A TRANSPORTAR ...												793.437,90		2.435.870,00	2.435.870,00		1.463.220,00	1.344.070,00	1.339.070,00		7.375.667,90												
2.5.2.		014	2014	14					2014/01/01	2017/12/31			2.800,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00		17.800,00													
2.5.2.	02/020115	014	2014	14																													
2.5.2.	02/020220	014	2014	14																													
2.5.2.		015	2014	15																	Piscinas cobertas	2014/01/01	2014/12/31	100.750,00			63.800,00		100.000,00	90.000,00	80.000,00		370.750,00
2.5.2.	02/02010299	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020109	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020121	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020201	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020203	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020219	015	2014	15																													
2.5.2.	02/020225	015	2014	15																													
2.5.2.		016	2014	16																	Piscinas descobertas	2014/01/01	2014/12/31	3.950,00			2.050,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		18.950,00
2.5.2.	02/020109	016	2014	16																													
2.5.2.	02/020121	016	2014	16																													
2.5.2.	02/020201	016	2014	16																													
2.5.2.	02/020225	016	2014	16																													
3.					Funções económicas								130.000,00	130.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		220.000,00													
3.2.					Indústria e energia								130.000,00	130.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		220.000,00													
3.2.	02/020225	017	2014	17	Rede de iluminação publica				2014/01/01	2017/12/31			130.000,00	130.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		220.000,00													
4.					Outras funções								68.840,00	68.840,00		69.000,00	69.000,00	69.000,00		275.840,00													
4.2.					Transferências entre Administrações								68.840,00	68.840,00		69.000,00	69.000,00	69.000,00		275.840,00													
4.2.		018	2014	18	Transferências correntes				2014/01/01	2017/12/31			68.840,00			69.000,00	69.000,00	69.000,00		275.840,00													
4.2.	02/01010401	018	2014	18										24.250,00																			
4.2.	02/010113	018	2014	18										3.150,00																			
4.2.	02/010114	018	2014	18										4.050,00																			
A TRANSPORTAR ...												793.437,90		2.742.210,00	2.704.820,00		1.672.220,00	1.543.070,00	1.528.070,00		8.279.007,90												

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
---------------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 5

OBJECTIVO	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
								AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
																	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2015	2016	2017	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...															793.437,90		2.742.210,00	2.704.820,00		1.672.220,00	1.543.070,00	1.528.070,00		8.279.007,90	
4.2.	02/0103050201	018	2014	18													5.700,00								
4.2.	02/04050102	018	2014	18													31.690,00								
TOTAL GERAL															793.437,90		2.742.210,00	2.742.210,00		1.672.220,00	1.543.070,00	1.528.070,00		8.279.007,90	

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

Análise comparativa
Orçamento Municipal 2014
versus
Plano de Ajustamento Financeiro

ANÁLISE COMPARATIVA:

“ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2014” versus “PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO”

O plano de ajustamento financeiro (PAF) apresentado em setembro de 2012, aquando da preparação da candidatura para adesão ao programa de apoio à economia local (PAEL), tem como base a sustentabilidade financeira do município de Borba, e foi assente na identificação de medidas do lado da receita e do lado da despesa que, de forma estrutural, reponham a sustentabilidade económica e financeira do município.

Por outro lado, a elaboração dos documentos previsionais, assenta em princípios orçamentais, princípios contabilísticos e regras orçamentais estipulados no plano oficial de contabilidade das autarquias locais (POCAL), conforme estipula o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações provocadas por força da Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, do Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005 de 30 de dezembro.

Numa análise comparativa entre o PAF e o Orçamento para 2014, agora apresentado, são visíveis algumas divergências que se pretendem analisar e explicar neste ponto, de forma a sanar eventuais dúvidas acerca do cumprimento do PAF por parte do Orçamento para 2014 do município de Borba.

Em primeiro lugar importa salientar que na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2014, foi tido em grande atenção a sustentabilidade económica e financeira do município, bem como o respeito pelo PAF do município de Borba.

Em segundo lugar importa atender a que as divergências que se verificam entre o PAF e o Orçamento de 2014 se devem totalmente às oscilações naturais causadas por terem como base documentos previsionais, como por exemplo, alterações legislativas e alterações na execução financeira de projetos cofinanciados.

Face ao exposto, passamos a explicitar nos quadros e tópicos seguintes os motivos pelos quais se verificam divergências entre o PAF e o Orçamento para 2014.

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2014	PREVISÃO NA PAF	NOTAS
RECEITAS CORRENTES	6.302.432,00	5.760.774,23	
Impostos diretos	561.900,00	690.938,95	(1)
IMI	411.000,00	411.029,84	
IMT	1.000,00	153.536,19	
Derrama	30.750,00	31.336,41	
Outros	119.150,00	95.036,51	
Impostos indiretos	65.050,00	68.423,21	(2)
Taxas, multas e outras penalidades	123.100,00	98.096,01	(3)
Taxas	112.100,00	84.461,72	
Multas	11.000,00	13.634,29	
Rendimentos da propriedade	338.350,00	348.370,37	(4)
Transferências correntes	4.120.282,00	3.463.575,66	(5)
Venda de bens e serviços correntes	1.068.900,00	1.065.204,16	(6)
Venda de bens	357.200,00	375.339,85	
Serviços	495.250,00	479.597,15	
Rendas	216.450,00	210.267,16	
Outras receitas correntes	24.850,00	26.165,86	(7)
RECEITAS DE CAPITAL	2.079.350,00	1.850.067,62	
Venda de bens de investimento	33.000,00	33.000,00	(8)
Terrenos	33.000,00	33.000,00	
Habitações		0,00	
Edifícios		0,00	
Outros bens de investimento		0,00	
Transferências de capital	2.005.290,06	1.817.067,62	(9)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	319.820,00	1.418.969,94	
Estado - Participações comunitárias em projetos cofinanciados	1.685.470,06	398.097,68	
Ativos financeiros	36.750,00	0,00	(10)
Passivos financeiros		0,00	
Outras receitas de capital	4.309,94	0,00	(11)
Reposição não abatidas nos pagamentos		0,00	
TOTAL DE RECEITAS	8.381.782,00	7.610.841,85	(12)

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2014	PREVISÃO NA PAF	NOTAS
DESPESAS CORRENTES	6.302.432,00	5.513.533,32	
Despesas com o pessoal	3.259.400,00	3.127.431,96	(13)
Remunerações certas e permanentes	2.194.850,00	2.345.008,38	
Abonos variáveis ou eventuais	39.800,00	59.868,57	
Segurança social	1.024.750,00	722.555,02	
Aquisição de bens e serviços	2.344.942,00	1.748.005,46	(14)
Aquisição de bens	1.252.100,00	664.405,62	
Aquisição de serviços	1.092.842,00	1.083.599,83	
Juros e outros encargos	413.700,00	287.717,26	(15)
Resultantes do PAEL	139.378,81	218.001,77	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	39.971,19	61.020,49	
Resultantes de endividamento de curto prazo	4.500,00	8.695,00	
Outros juros e encargos financeiros	229.850,00		
Transferências correntes	156.690,00	279.973,06	(16)
Empresas públicas municipais e intermunicipais		91.402,11	
Freguesias	31.690,00	36.465,00	
Associações de municípios	45.550,00	61.200,00	
Instituições sem fins lucrativos	65.500,00	77.669,41	
Famílias	9.500,00	13.236,54	
Outras	4.450,00	0,00	
Subsídios	119.100,00	54.424,51	(17)
Famílias	119.100,00	54.424,51	
Outras despesas correntes	8.600,00	15.981,06	(18)
DESPESAS DE CAPITAL	2.079.350,00	2.025.541,03	
Aquisição de bens de capital	1.015.250,00	750.000,00	(19)
Investimentos	866.900,00	750.000,00	
Terrenos	18.650,00	0,00	
Edifícios	57.000,00	0,00	
Construções diversas	2.000,00	0,00	
Outros	789.250,00	750.000,00	
Locação financeira	24.000,00	0,00	
Bens de domínio público	124.350,00	0,00	
Transferências de capital	39.100,00	379.052,53	(20)
Empresas públicas municipais e intermunicipais		3.546,55	
Freguesias	20.000,00	20.400,00	
Associações de municípios	18.100,00	25.500,00	
Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	329.252,95	
Outras		353,02	
Passivos financeiros	1.025.000,00	896.488,50	(21)
Resultantes do PAEL	244.305,80	187.071,30	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	780.694,20	709.417,20	
Outras despesas de capital		0,00	
TOTAL DE DESPESAS	8.381.782,00	7.539.074,35	(22)

BREVES NOTAS SOBRE A ANÁLISE COMPARATIVA

NOTA 1: Impostos diretos

A redução verificada no orçamento municipal de 2014 é justificada, essencialmente, pela PAF ter em consideração a receita com o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis, quando na nova redação da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), com entrada em vigor a 01/01/2014, no "art.º 14 – Receitas municipais", não ter em consideração o produto da cobrança do referido imposto.

NOTA 2: Impostos indiretos

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se apenas pelas diferenças de cálculo no método de previsão: no PAF considerou-se um aumento de 2% ao ano, tendo como base o ano de 2011, enquanto no orçamento municipal para 2014 foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POAL.

NOTA 3: Taxas, multas e outras penalidades

O aumento verificado no orçamento municipal para 2014 é causado pelo facto de no PAF a previsão ter em consideração a evolução do PIB, enquanto no orçamento municipal para 2014 foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POAL.

NOTA 4: Rendimentos de propriedade

A redução apresentada no orçamento municipal para 2014 é causado pelo facto de no PAF a previsão ter tido em consideração a evolução do PIB, enquanto no orçamento municipal para 2014 se tiveram em atenção as regras previsionais estipuladas no POAL.

NOTA 5: Transferências correntes

O aumento significativo verificado no orçamento municipal para 2014 é justificado pelo facto de no PAF a previsão ter em consideração a evolução do PIB (podendo fazer-se refletir de forma crescente ou decrescente, de acordo com a estimativa efetuada), enquanto o orçamento municipal para 2014 teve em atenção as receitas que se pretendem receber, com base na proposta do orçamento de Estado para 2014 e em contratos / protocolos em vigor, conforme quadro seguinte.

Designação da Receita	Valor
Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS	3.092.922,00
Protocolo de descentralização de competências, componente de apoio à família, atividades extracurriculares	693.100,00
Estágios, rendimentos mínimos, programa ocupacional e programa vida emprego	162.450,00
Comparticipação no âmbito do projeto de modernização AC 2015	20.910,00
Diversas: sapadores florestais, gabinete técnico florestal, transportes escolares, regime de fruta escolar, proveer, teias, etc.	150.900,00
Total	4.120.282,00

De uma forma mais pormenorizada e clara, o aumento visível no orçamento municipal para 2014, diz respeito essencialmente ao valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro e ao valor dos Serviços e fundos autónomos, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2014		
	PAF	ORÇAMENTO	DIFERENÇAS
Fundo de Equilíbrio Financeiro - corrente	2.321.716,26	2.878.376,00	556.659,74
Fundo Social Municipal	118.983,52	101.349,00	-17.634,52
Participação Variável no IRS	121.636,01	113.197,00	-8.439,01
DREA	695.777,04	693.100,00	-2.677,04
Outros	155.666,85	171.810,00	16.143,15
FSE	8.381,89	0,00	-8.381,89
Serviços e Fundos Autónomos	41.414,09	162.450,00	121.035,91
TOTAL	3.463.575,66	4.120.282,00	656.706,34

NOTA 6: Venda de bens e serviços correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POCAL.

NOTA 7: Outras receitas correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POCAL.

NOTA 8: Venda de bens de Investimento

No orçamento municipal para 2014 foi tido em consideração a lista de bens de património a alienar em 2014, constantes no mapa X do PAEL.

NOTA 9: Transferências de capital

Embora numa análise global se verifique no orçamento para 2014 um aumento na ordem de € 188.222,44 face ao montante previsto na PAF, ao analisarmos por sub-rubrica é visível uma oscilação bastante mais significativa, como o quadro seguinte demonstra.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2014		
	PAF	ORÇAMENTO	DIFERENÇAS
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	1.418.969,94	319.820,00	-1.099.149,94
Estado - Participações comunitárias em projetos cofinanciados	398.097,68	1.685.470,06	1.287.372,38
Total	1.817.067,62	2.005.290,06	188.222,44

Esta situação é justificada por no PAF se ter considerado um aumento de 2% com base nos valores de 2011, enquanto no orçamento municipal de 2014 se ter em consideração a proposta do orçamento de Estado para 2014 (FEF), e a receita esperada no âmbito do desenvolvimento dos projetos cofinanciados pelo FEDER, PIDDAC e Fundo de Coesão, nomeadamente:

- Centro escolar de Borba;
- Requalificação da escola Padre Bento Pereira;
- Valorização da cidade de Borba.

NOTA 10: Ativos financeiros

No orçamento municipal para 2014 foi considerada a venda da participação que o município de Borba detém na EDC - Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A., o que não foi previsto no PAF.

NOTA 11: Outras receitas de capital

No orçamento municipal para 2014 foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POCAL.

NOTA 12: Receita total

Numa análise global, o facto do valor da receita considerado no orçamento municipal para 2014 ser superior ao previsto no PAF, é justificado sobretudo pelo incremento nas rubricas de transferências correntes e de transferências de capital, descritas anteriormente.

NOTA 13: Despesas com pessoal

No PAF, os pressupostos assumidos nos custos com pessoal tiveram em consideração uma redução de cerca de 400 mil euros para o ano de 2013, referentes aos custos de anos anteriores relacionados com a ADSE, tendo-se estabelecido para os anos seguintes a atualização com base na taxa de inflação prevista.

No orçamento municipal para 2014, embora se verifique uma significativa redução dos custos com “remunerações certas e permanentes” e com “abonos variáveis ou eventuais”, o mesmo não se reflete nos custos com “Segurança Social”. Esta rubrica abarca os custos do município com a Caixa Geral de Aposentações, com a Segurança Social e com a ADSE, em que se vindo a verificar, por imposição legislativa, um aumento das taxas a aplicar.

Neste sentido, os “custos com pessoal” previstos em orçamento municipal para 2014 apresentam valores mais elevados do que os considerados no PAF.

NOTA 14: Aquisição de bens e serviços

O orçamento municipal para 2014 contempla valores substancialmente mais elevados que os considerados no PAF, uma vez que este plano teve apenas em consideração os custos de 2011 atualizados em função da taxa de inflação estimada. No orçamento municipal para 2014 foram tidos em consideração, não só os custos médios relativos ao ano de 2013, como também os custos com abastecimento de água e serviços de saneamento que fazem parte de um acordo de regularização de dívidas respeitantes ao ano de 2012 – acordo de transação com a empresa “Águas do Centro Alentejo, SA”.

NOTA 15: Juros e outros encargos

O aumento visível nesta rubrica é justificado pelo facto de no PAF se ter tido em consideração apenas os juros referentes a empréstimos bancários de curto, medio e longo prazo. No orçamento municipal para 2014 também foram tidos em consideração os custos financeiros relativos aos acordos de pagamento de despesa contraída no ano de 2012, para as quais foram celebrados acordos de pagamentos com as empresas “Águas do Centro Alentejo, SA” e “Lena – Engenharia e Construções SA”.

NOTA 16: Transferências correntes

O decréscimo de custos apresentado no orçamento municipal para 2014 resulta, essencialmente, do facto de no PAF, se terem em consideração para 2014 custos com transferências para “empresas públicas municipais e intermunicipais”, quando no orçamento municipal para 2014 tal não se vem a verificar.

NOTA 17: Subsídios

O aumento de valor considerado no orçamento municipal para 2014 resulta de candidaturas efetuadas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos Programas Ocupacionais, Programa Vida Emprego e Programa de Apoio aos Beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção. Face às restrições legislativas referentes ao número de trabalhadores do município, e de modo a garantir o cumprimento das competências determinadas por lei, considerou-se como alternativa viável o recurso aos programas acima referidos.

NOTA 18: Outras despesas correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se apenas pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no POCAL.

NOTA 19: Aquisição de bens de capital

O PAF, não teve em consideração que no ano de 2014 ainda estariam a decorrer as seguintes operações candidatas ao Programa Operacional Regional do Alentejo INALENTEJO: “Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba – 1.º Ciclo e Pré-Escolar” e “Valorização da Cidade de Borba”. Estas candidaturas previstas finalizar em 2013 só serão encerradas em 2014 e como tal foi prevista a receita a arrecadar com as mesmas respeitantes a FEDER e as despesas que se estimam não ser possíveis pagar em 2013 (por não se estimar receber o cofinanciamento FEDER a tempo), nomeadamente a “aquisição de mobiliário, equipamento didático e equipamento informático” na primeira e o último auto de medição de trabalhos da empreitada de “Abertura da Porta do Castelo” na segunda.

NOTA 20: Transferências de capital

O decréscimo significativo de custos apresentado no orçamento municipal de 2014 resulta, do facto de no PAF, se ter estimado em 2013 uma redução considerável, e em anos futuros se terem atualizado os valores em função da taxa de inflação estimada, enquanto no orçamento para 2014 se teve apenas em consideração os protocolos ou acordos já celebradas e/ou em negociação com algumas entidades.

NOTA 21: Passivos financeiros

Os pressupostos subjacentes aos valores apresentados no PAF e no orçamento municipal para 2014, foram os mesmos, ou seja os planos previsionais de amortização da dívida dos vários empréstimos em execução ou em análise (no caso do empréstimo do PAEL aquando da elaboração do PAF).

O aumento de valores apresentado no orçamento de 2014, é justificado por divergências nos planos previsionais de amortização da dívida, nos seguintes empréstimos:

- Empréstimo celebrado no âmbito do PAEL.

No PAF ainda não tinha sido celebrado contrato, tendo sido efetuada uma previsão do serviços da dívida. No orçamento para 2014 foi tido em consideração o plano de amortização disponibilizado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- Empréstimo celebrado no âmbito do Prede – Programa de regularização de dívidas do Estado (40%).

No PAF tinha-se considerado a amortização a partir de 2015, quando efetivamente é para ter início em dezembro de 2014, tal como consta no orçamento municipal para 2014.

NOTA 22: Total de despesa

Numa análise global, a despesa considerada no orçamento municipal de 2014 é superior à prevista no Plano de Ajustamento Financeiro, devido, essencialmente, às rubricas de “aquisição de bens e serviços” e “aquisição de bens de capital”, conforme justificado nos pontos anteriores.

Mapa de Empréstimos Contraídos

MAPA DE EMPRESTIMOS CONTRAÍDOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS - ANO 2014 (Previsão)

Data de contratação	Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital			Taxa de juro		Encargos do ano		Capital em dívida em 31/12/2014	Datas de vencimento			
			Contratado	Utilizado	Em dívida a 01/01/2014	Inicial	Atual	Amortizações	Juros		1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
07-09-1998	Investimento - Realojamento Municipal	C.G.D.	437.884,70	420.127,49	155.515,93	4,27	1,09	14.006,54	291,24	141.509,39	7-mar		7-set	
22-05-2002	Financiamento de projetos de investimento	C.G.D.	1.000.000,00	1.000.000,00	515.241,63	4,65	2,19	99.829,55	7.756,05	415.412,08	26-jan		26-jul	
22-05-2002	Saneamento Financeiro	C.G.D.	500.000,00	500.000,00	88.183,47	4,65	5,34	88.183,47	730,43	0,00	10-mar		9-set	
31-12-2004	Financiamento de projetos de investimento	C.G.D.	200.000,00	200.000,00	54.242,27	2,80	5,25	26.990,73	466,01	27.251,54		30-jun		30-dez
22-09-2001	Financiamento de projetos incluídos no PITTEP	I.F.T.	568.629,60	212.086,17	86.790,30	0,00	0,00	86.790,30	0,00	0,00			15-set	
30-11-2005	Financiamento de projetos de investimento	C.G.D.	480.000,00	480.000,00	227.826,90	2,31	4,62	50.223,65	993,76	177.603,25	28-fev		28-ago	
12-10-2006	Financiamento de projetos de investimento	B.P.I.	518.000,00	518.000,00	329.709,19	3,79	4,35	40.589,58	1.390,14	289.119,61		20-jun		20-dez
27-12-2006	Financiamento de projetos de investimento	C.G.D.	67.000,00	67.000,00	42.747,32	3,94	4,74	5.258,99	196,11	37.488,33		27-jun		27-dez
14-01-2008	Financiamento de projetos de investimento	Santander Totta	1.815.000,00	1.815.000,00	1.538.804,36	4,86	5,17	78.913,04	7.953,85	1.459.891,32	6-mar		6-set	
30-01-2009	Financiamento de projetos de investimento	BES	1.200.000,00	1.200.000,00	1.069.565,20	5,21	4,36	52.173,92	14.348,69	1.017.391,28	26-jan		26-jul	
02-10-2009	PREDE – Prog. Reg. Ext. Dívidas do Estado (60%)	Santander Totta	1.056.047,00	1.056.047,00	167.038,78	2,98	1,98	167.038,78	1.632,10	0,00	31-mar	30-jun	30-set	
01-10-2009	PREDE – Prog. Reg. Ext. Dívidas do Estado (40%)	Estado	704.032,00	704.032,00	704.032,00	-	2,84	70.695,65	4.165,52	633.336,35				15-dez
31-01-2013	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	Estado	4.886.115,91	4.886.115,91	4.763.963,01	2,65	2,64	244.305,80	139.378,81	4.519.657,21	-	15-mai	-	15-nov
TOTAL			13.432.709,21	13.343.543,32	9.743.660,36			1.025.000,00	179.302,71	8.718.660,36				

Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL (pág. 1/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho		Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.
					RCTFPTI			RCTFPTC			
					Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher	
Gabinete de Informação e Relações Públicas											
Editar o Boletim Municipal, comunicados e demais veículos de informação do município; Assegurar as relações com os órgãos de comunicação social; Produzir informação destinada à divulgação da atividade do município; Proceder à leitura diária de órgãos de comunicação social, analisando o seu conteúdo e difundindo para os eleitos e para os serviços o que presumivelmente lhes possa interessar; Efetuar ou coordenar a execução de estudos de opinião e de imagem da autarquia; Gerir os meios de informação e divulgação do município; Assegurar a atividade de relação e protocolar do município; Assegurar o pré-atendimento dos munícipes, esclarecendo, apoiando e encaminhando as questões que apresentem para as entidades ou para os serviços interessados; Assegurar o secretariado e o apoio administrativo dos eleitos	Técnico Superior	1	2	Licenciatura em Comunicação	0	0	1	0	0	0	
		1		Licenciatura em Design de Comunicação	1	0	0	0	0	0	
	Assistente Técnico		1			1	0	0	0	0	0
Total		3			2	0	1	0	0	0	

Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta											
Assegurar a coordenação das atribuições das autarquias em matéria de proteção civil; proceder à divulgação de leis, normas, regulamentos e diretivas, bem como de técnicas que visem a segurança das populações; elaborar os planos de prevenção e de emergência de âmbito municipal e colaborar na execução dos planos de âmbito supramunicipal; elaborar, executar e proceder à atualização anual do Plano Operacional Municipal da Defesa da Floresta.	Assistente Operacional	5	Curso de Sapadores Florestais	0	0	0	5	0	0		
Total		5			0	0	0	5	0	0	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 2/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho	Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.
				RCTFPTI			RCTFPTC			
				Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher	
Divisão de Administração e Finanças										
Gestão Orçamental – Elaboração dos respetivos documentos previsionais, acompanhamento, modificações, revisões, conta de gerência e respetivo controlo do Revisor Oficial de Contas; Contabilidade Geral, Analítica e de Custos, Dossier Fiscal e Gestão Financeira e de Tesouraria; Cadastro, registo e gestão do património municipal e sistema de seguros do património municipal; Gestão Operacional do Armazém Municipal e controlo de gestão integrada dos artigos armazenáveis; Gestão estratégica, operacional e transaccional das aquisições de bens e serviços e das empreitadas e controlo do processo instrutório de pré-contratação de aquisição de bens e serviços e de empreitadas; Controlo do sistema de gestão integrado de apoio à gestão e da implementação e desenvolvimento do programa Simplex Autárquico; Gestão administrativa e previsional dos recursos humanos (mapa de pessoal, gestão cadastral, processamento de remunerações e abonos); Assegurar a avaliação de desempenho, promovendo o regular funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação, no âmbito do SIADAP; Propor regulamentos, numa perspetiva de aumento da flexibilidade dos serviços, com vista à melhoria do desempenho dos mesmos e promover uma adequada utilização dos instrumentos de mobilidade e rotatividade dos trabalhadores; Diagnosticar necessidades de formação, com vista à elaboração e implementação do Plano Anual de Formação e sua avaliação. Controlo de implementação de medidas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.	Chefe de Divisão	1	Mestrado em Finanças	1	0	0	0	0	0	1 lugar de Técnico Superior em Comissão de Serviço
	Coordenador Técnico	3		3	0	0	0	0	0	
	Assistente Técnico	8		4	0	4	4	4	0	
	Assistente Operacional	4		3	2	0	2	0	0	
Total		16		11	2	4	6	4	0	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 3/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho	Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.	
				RCTFPTI			RCTFPTC				
				Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher		
Unidade de Contabilidade e Modernização Administrativa											
Gestão Orçamental – Elaboração dos respetivos documentos previsionais, acompanhamento, modificações, revisões, conta de gerência e respetivo controlo do Revisor Oficial de Contas Contabilidade Geral, Analítica e de Custos e Dossier Fiscal; Cadastro, registo e gestão do património municipal; Instituir um sistema de seguros do património municipal; Gestão Operacional do Armazém Municipal e implementação de gestão integrada dos artigos armazenáveis; Assegurar a gestão estratégica, operacional e transacional das aquisições de bens e serviços e das empreitadas e Instituir, acompanhar e avaliar o processo instrutório de pré-contratação de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas; Garantir a conformidade normativa de todos os procedimentos tipificados na lei, na aquisição de bens e serviços e de empreitadas, bem como a respetiva uniformização processual; Garantir a implementação total do sistema de gestão integrado de apoio à gestão, através da modernização e simplificação administrativa; Elaborar parecer sobre medidas tendentes a melhorar a eficiência dos serviços e a modernização do seu funcionamento, dirigindo-os à Divisão de Administração e Finanças; Implementação e desenvolvimento de medidas de modernização e simplificação administrativa, com vista à implementação e desenvolvimento do Simplex Autárquico.	Chefe de Unidade	0		0	0	0	0	0	0	1 lugar cativo	
	Coordenador Técnico	2		2	1	0	0	0	0		
	Técnico Superior	1	Licenciatura em Gestão de Empresas	1	0	0	0	0	0		
	Especialista Informático	1	2	Licenciatura em Engenharia Informática	2	0	0	0	0	0	Carreira subsistente
		1		Bacharelato em Informática de Gestão							
	Assistente Técnico	7		6	0	1	0	0	0		
	Assistente Operacional	1		1	0	0	0	0	0		
Total		13		12	1	1	0	0	0		

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 4/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho		Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.
					RCTFPTI			RCTFPTC			
					Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher	
Unidade de Planeamento, Obras Particulares e Fiscalização											
Elaborar os instrumentos de planeamento integrado do território municipal; Elaborar planos de salvaguarda e valorização do património histórico e cultural edificado; Apreciar, dar parecer e acompanhar a execução sobre projetos de loteamento (incluindo equipamentos e infraestruturas conexos); Assegurar o Sistema de informação Geográfica – Atualização da cartografia e execução e manutenção do cadastro do território municipal; Gestão Operacional dos Serviços de Desenho e Topografia; Apreciar pedidos e pretensões no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação sujeitos a autorização administrativa e preparar os atos de deferimento ou indeferimento dos respetivos pedidos; Promover a fiscalização e a realização de vistorias; Apreciar, dar parecer e acompanhar os licenciamentos de publicidade e ocupação da via pública.	Chefe de Unidade	0			0	0	0	0	0	0	1 lugar cativo
	Técnico Superior	1	4	Urbanismo	1	0	0	0	0	0	
		2		Arquitectura	2	0	0	0	0	0	
		1		Engenharia Técnica Civil	1	0	0	0	0	0	
	Assistente Técnico	4			4	0	0	0	0	0	
Total		8			8	0	0	0	0	0	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 5/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho	Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.	
				RCTFPTI			RCTFPTC				
				Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher		
Unidade de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos											
Desenvolvimento de estudos e projetos de arquitetura e suas especialidades para obras municipais; Acompanhamento técnico e fiscalização das obras municipais; Diagnóstico e políticas de intervenção ambiental e sustentabilidade local; Acompanhamento da gestão e fiscalização das redes de águas e saneamento e da recolha de resíduos urbanos; Assegurar a limpeza urbana de acordo com os padrões mais exigentes; Proceder à distribuição, substituição, lavagem e manutenção dos equipamentos para deposição e recolha de resíduos; Promover e incentivar a participação da população na adoção da política de separação de resíduos, providenciando e disponibilizando as condições adequadas e necessárias para o efeito; Gestão operacional do cemitério municipal, dos parques e jardins, dos hortos e viveiros e dos demais equipamentos afetos à unidade; Executar obras municipais, de acordo com os estudos e projetos aprovados; Assegurar o funcionamento eficiente e eficaz das oficinas municipais e dos demais serviços afetos à unidade.	Chefe de Unidade	0			0	0	0	0	0	0	1 lugar cativo
	Técnico Superior	1	4	Engenharia Mecânica	1	0	0	0	0	0	
		1		Engenharia Civil	1	0	0	0	0	0	
		1		Arquitectura	1	0	0	0	0	0	
		1		Engenharia Biofísica	1	0	0	0	0	0	
	Encarregado Operacional	1			2	1	0	0	0	0	
	Assistente Técnico	5			5	0	0	0	0	0	
	Assistente Operacional	68			61	4	8	4	1	0	
Total		78			72	5	8	4	1	0	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 6/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho		Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.
					RCTFPTI			RCTFPTC			
					Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher	
Unidade Sociocultural											
Implementar políticas de dinamização cultural, económicas, desportivas, educativas, ambientais, turísticas e associativa; Fomentar a organização de eventos culturais, económicos, desportivos, educativos, sociais, ambientais turísticos e associativos; Gestão operacional de equipamentos e infraestruturas conexas relativas às áreas de atuação cultural, económica, desportiva, educativa, turísticas e associativa; Diagnóstico e políticas de intervenção de carências de cuidados de saúde e qualidade de vida; proteção à infância e à terceira idade; Acompanhamento do desenvolvimento da Rede Social, do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa; Planeamento e programação operacional da atividade escolar sob a responsabilidade do Município; Assegurar a ação social escolar e gerir os transportes escolares; Apoiar a recuperação e valorização das atividades artesanais e das manifestações etnográficas de interesse local; Gestão operacional da biblioteca e do espaço internet, desenvolvendo programas de animação dos mesmos, promovendo a literacia e a aprendizagem.	Chefe de Unidade	0			0	0	0	0	0	0	1 lugar cativo
	Técnico Superior	1	6	Comunicação Social	1	0	0	0	0	0	
		2		Educadores de Infância	2	0	0	0	0	0	
		1		Educação Física	1	0	0	0	0	0	
		1			0	0	0	0	0	1	1lugar a preencher (GADES)
		1		Sociologia do Trabalho	0	0	1	0	0	0	
	Coordenador Técnico	1			1	0	0	0	0	0	
	Assistente Técnico	2			2	0	0	0	0	0	
	Assistente Operacional	18			9	2	0	14	4	1	
Total		27			16	2	1	14	4	2	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

MAPA DE PESSOAL (pág. 7/7)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Atribuições/competências/atividades	Cargo / carreira / categoria	N.º de postos de trabalho	Área de formação académica	Nº de postos de trabalho						Obs.
				RCTFPTI			RCTFPTC			
				Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher	
Descentralização de Competências pelo Ministério da Educação										
Planear, promover e desenvolver todas as competências descentralizadas pelo Ministério da Educação, no âmbito do Acordo de Descentralização de Competências.	Coordenador Técnico	1		1	0	0	0	0	0	
	Assistente Técnico	7		7	0	0	0	0	0	
	Assistente Operacional	27		28	1	0	0	0	0	
Total		35		36	1	0	0	0	0	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

RESUMO AO MAPA DE PESSOAL

(Município e competências descentralizadas pelo Ministério da Educação)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria														
Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													
	RCTFPTI					RCTFPT				Total				Obs.
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados (10)	A vagar (11)	A preencher (12)	Total (13)=(10)-(11)+(12)	
Chefe de Divisão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	(a)
Chefe de Unidade	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(b)
Técnico Superior	14	0	2	1	16	0	0	1	1	14	0	3	17	
Especialista Informático	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	
Coordenador Técnico	7	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	7	
Assistente Técnico	29	0	5	0	34	4	4	0	0	33	4	5	34	
Encarregado Operacional	2	1	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	1	
Assistente Operacional	102	9	8	0	101	25	5	1	21	127	14	9	122	
Total	157	10	15	5	162	29	9	2	22	186	19	17	184	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo / (a) Técnico Superior em comissão de serviço / (b) 4 lugares cativos.

RESUMO AO MAPA DE PESSOAL

(Município sem competências descentralizadas pelo Ministério da Educação)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria														
Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													
	RCTFPTI					RCTFPT				Total				Obs.
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados (10)	A vagar (11)	A preencher (12)	Total (13)=(10)-(11)+(12)	
Chefe de Divisão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	(a)
Chefe de Unidade	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(b)
Técnico Superior	14	0	2	1	16	0	0	1	1	14	0	3	17	
Especialista Informático	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	
Coordenador Técnico	6	0	0	0	6	0	0	0	0	6	0	0	6	
Assistente Técnico	22	0	5	0	27	4	4	0	0	26	4	5	27	
Encarregado Operacional	2	1	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	1	
Assistente Operacional	74	8	8	0	74	25	5	1	21	99	13	9	95	
Total	121	9	15	5	127	29	9	2	22	150	18	17	149	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo / (a) Técnico Superior em comissão de serviço / (b) 4 lugares cativos.

RESUMO AO MAPA DE PESSOAL

(Competências descentralizadas pelo Ministério da Educação)

Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria														
Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													
	RCTFPTI					RCTFPT				Total				Obs.
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados (10)	A vagar (11)	A preencher (12)	Total (13)=(10)-(11)+(12)	
Coordenador Técnico	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	
Assistente Técnico	7	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	7	
Assistente Operacional	28	1	0	0	27	0	0	0	0	28	1	0	27	
Total	36	1	0	0	35	0	0	0	0	36	1	0	35	

RCTFPTI - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado / RCTFPT - Regime em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

Orçamento da Receita e da Despesa
Termo de Encerramento

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente orçamento que importa, tanto na receita como na despesa, em € 8.381.782,00 (oito milhões trezentos e oitenta e um mil setecentos e oitenta e dois euros), respetivos anexos, que antecedem este termo foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de Borba, em 29 de novembro de 2013, tal como consta na respetiva ata.

Câmara Municipal de Borba, 29 de novembro de 2013

O PRESIDENTE

OS VEREADORES

Grandes Opções do Plano
Termo de Encerramento

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014

TERMO DE ENCERRAMENTO

As Grandes Opções do Plano e respectivos anexos, que antecedem este termo foram aprovadas em reunião de Câmara Municipal de Borba, em 29 de novembro de 2013, tal como consta na respectiva ata.

Câmara Municipal de Borba, 29 de novembro de 2013

O PRESIDENTE

OS VEREADORES

Orçamento da Receita e da Despesa
Termo de Aprovação Final

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O orçamento e documentos anexos, que antecedem este termo, mereceram aprovação por ____ dos membros da Assembleia Municipal de Borba, na sua sessão do dia ____ de _____ de 2013, tal como consta da respetiva ata.

Assembleia Municipal de Borba, ____ de _____ de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

O 2.º SECRETÁRIO

OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grandes Opções do Plano
Termo de Aprovação Final

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

As Grandes Opções do Plano e documentos anexos, que antecedem este termo, mereceram aprovação por ____ dos membros da Assembleia Municipal de Borba, na sua sessão do dia __ de _____ de 2013, tal como consta da respetiva ata.

Assembleia Municipal de Borba, ____ de _____ de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

O 2.º SECRETÁRIO

OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexos

**QUADRO DE RECEITAS ESTIMADAS COM PROJECTOS
COFINANCIADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS**

Código	Projeto	FEDER (capital)	FEDER (corrente)	PIDDAC (capital)	Fundo Coesão (capital)	Total de receitas correntes	Total de receitas de capital	Total de receitas
ALENT-05-0227-FEDER-000135	Elaboração de estratégia de eficiência coletiva e programa de ação PROVERE da Zona dos Mármores – Ações Preparatórias		1.354,05			1.354,05		1.354,05
ALENT-03-0352-FEDER-000708	Teias - Rede Cultural do Alentejo		6.176,90			6.176,90		6.176,90
POVT-12-0660-FCOES-000027	Otimização da Gestão de Resíduos				129.717,98		129.717,98	129.717,98
SP4,P42/02	PIRA-TE.JÁ!	659,68					659,68	659,68
ALENT-05-0227-FEDER-000470	Secretariado técnico do PROVERE da Zona dos Mármores	95.173,83					95.173,83	95.173,83
ALENT-03-0250-FEDER-000621	Construção de variante ao Pólo Industrial de Rio De Moinhos	4.764,02					4.764,02	4.764,02
ALENT-09-0240-FEDER-001618	Valorização da Cidade de Borba	182.990,27					182.990,27	182.990,27
ALENT-03-0344-FEDER-001616	Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar – 1.º Ciclo e Pré-Escolar	1.076.538,88		185.170,40			1.261.709,28	1.261.709,28
TOTAL DE RECEITAS ESTIMADAS DE PROJECTOS COFINANCIADOS		1.360.126,68	7.530,95	185.170,40	129.717,98	7.530,95	1.675.015,06	1.682.546,01

QUADRO DE RECEITAS ESTIMADAS COM VENDA DE LOTES DE TERRENO

LOTEAMENTOS	LOTE N.º	VALOR
LOTEAMENTO HABITACIONAL DO FORNO	26	14.000,00 €
	34	19.000,00 €
TOTAL ESTIMADO COM A VENDA DE LOTES DE TERRENO		33.000,00 €